



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

SEGUNDA VICE-PRESIDÊNCIA

Consultoria Técnico-Legislativa de Fiscalização, Controle, Acompanhamento
de Políticas e Contas Públicas e Execução Orçamentária



CONSULTORIA TÉCNICO-LEGISLATIVA DE FISCALIZAÇÃO, CONTROLE, ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS E CONTAS PÚBLICAS E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ESTUDO TÉCNICO N. 04/2025 – Conofis/CLDF

Tema em análise: Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal

Requerente: Comissão de Saúde (CSA)

Processo SEI: 00001-00030823/2025-06

Modalidade: Consultoria Técnico-Legislativa

Período analisado: 1º quadrimestre de 2025 (janeiro a abril de 2025)

Data de entrega: agosto de 2025

Área Temática: Saúde; Controle; Governança

Palavras-chave: saúde pública; indicadores de saúde



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

SEGUNDA VICE-PRESIDÊNCIA

Consultoria Técnico-Legislativa de Fiscalização, Controle, Acompanhamento
de Políticas e Contas Públicas e Execução Orçamentária



CONSULTORIA TÉCNICO-LEGISLATIVA DE FISCALIZAÇÃO, CONTROLE, ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS E CONTAS PÚBLICAS E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ESTUDO TÉCNICO N. 04/2025 – Conofis/CLDF¹

EQUIPE RESPONSÁVEL

Chefia da Conofis

Ana Paula da C. Fernandes

Consultores Técnico-Legislativos

Ana Daniela Rezende Pereira Neves – Revisora de Texto

Brenda Giordani Fagundes (Chefe da UCO) – CRC-DF 028124

Edvaldo Vieira Lima Júnior (Chefe Substituto da UCF) – CRC-BA 036114/O T-DF

Juliana Simon (Chefe da UCF) – CRA-DF 20-33122-ADM

Lincoln Vitor Santos (Chefe da UCP) – Coren-DF 147.165-ENF

Nazareno Arão da Silva – Revisor de Texto

¹ As atividades de consultoria técnico-legislativa e assessoramento especializado não expressam necessariamente a posição institucional da CLDF ou de seus integrantes, desobrigados estes, em qualquer caso, de compromisso institucional ou pessoal em razão da orientação ou da destinação dada ao trabalho pelo solicitante.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

SEGUNDA VICE-PRESIDÊNCIA

Consultoria Técnico-Legislativa de Fiscalização, Controle, Acompanhamento de Políticas e Contas Públicas e Execução Orçamentária



LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Critérios para categorização do desempenho dos indicadores da Programação Anual de Saúde – 2025 | 10

Quadro 2 – Regiões de Saúde (RS) do DF | 11

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Produção da atenção hospitalar de urgência e emergência, por Regiões de Saúde, SES-DF, 1º quadrimestre de 2025 | 14

Tabela 2 – Força de trabalho da SES-DF, por tipo de vínculo, 1º quadrimestre de 2024 e 1º quadrimestre de 2025 | 16

Tabela 3 – Força de trabalho da SES-DF, por carreira, 1º quadrimestre de 2025 | 17

Tabela 4 – Execução do Orçamento, por Fonte de Recurso, 1º Quadrimestre, SES-DF, 2025 | 26

Tabela 5 – Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde, SES-DF, 2025 | 26

Tabela 6 – Demonstrativo da Execução Orçamentária, por Fonte de Recurso, 1º Quadrimestre, SES-DF, 2025 | 27

Tabela 7 – Execução Orçamentária, por Grupo de Atenção e Programa do PPA 2024-2027, até o 1º Quadrimestre, SES-DF, 2025 | 30

Tabela 8 – Resultados das metas fixadas no PDS/SES-DF, 1º Quadrimestre de 2025 | 42

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição do desempenho das metas do PAS/SES-DF – 1º quadrimestre de 2025 | 20

Gráfico 2 – Execução orçamentária da SES-DF – 1º quadrimestre de 2025 | 20

Gráfico 3 – Distribuição do desempenho das metas do PAS/SES-DF da Diretriz Atenção Primária – 1º quadrimestre de 2025 | 21

Gráfico 4 – Execução orçamentária da SES-DF da Diretriz Atenção Primária – 1º quadrimestre de 2025 | 21

Gráfico 5 – Distribuição do desempenho das metas do PAS/SES-DF da Diretriz Redes de Atenção à Saúde – 1º quadrimestre de 2025 | 21

Gráfico 6 – Execução orçamentária da SES-DF da Diretriz Redes de Atenção à Saúde – 1º quadrimestre de 2025 | 21

Gráfico 7 – Distribuição do desempenho das metas do PAS/SES-DF da Diretriz Vigilância à Saúde – 1º quadrimestre de 2025 | 22



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

SEGUNDA VICE-PRESIDÊNCIA

Consultoria Técnico-Legislativa de Fiscalização, Controle, Acompanhamento
de Políticas e Contas Públicas e Execução Orçamentária



Gráfico 8 – Execução orçamentária da SES-DF da Diretriz Vigilância à Saúde – 1º quadrimestre de 2025 | 22

Gráfico 9 – Distribuição do desempenho das metas do PAS/SES-DF da Diretriz Atenção Especializada – 1º quadrimestre de 2025 | 23

Gráfico 10 – Execução orçamentária da SES-DF da Diretriz Atenção Especializada – 1º quadrimestre de 2025 | 23

Gráfico 11 – Distribuição do desempenho das metas do PAS/SES-DF da Diretriz Assistência Farmacêutica – 1º quadrimestre de 2025 | 23

Gráfico 12 – Execução orçamentária da SES-DF da Diretriz Assistência Farmacêutica – 1º quadrimestre de 2025 | 23

Gráfico 13 – Distribuição do desempenho das metas do PAS/SES-DF da Diretriz Governança – 1º quadrimestre de 2025 | 24

Gráfico 14 – Execução orçamentária da SES-DF da Diretriz Governança – 1º quadrimestre de 2025 | 24

Gráfico 15 – Distribuição do desempenho das metas do PAS/SES-DF da Diretriz Gestão de Infraestrutura e Tecnologia da Informação – 1º quadrimestre de 2025 | 24

Gráfico 16 – Execução orçamentária da SES-DF da Diretriz Gestão de Infraestrutura e Tecnologia da Informação – 1º quadrimestre de 2025 | 24

Gráfico 17 – Distribuição do desempenho das metas do PAS/SES-DF da Diretriz Gestão do Trabalho e Educação em Saúde – 1º quadrimestre de 2025 | 25

Gráfico 18 – Execução orçamentária da SES-DF da Diretriz Gestão do Trabalho e Educação em Saúde – 1º quadrimestre de 2025 | 25

Gráfico 19 – Distribuição do custo total apurado do 1º quadrimestre de 2025 entre os Níveis de Atenção/Serviços | 31

Gráfico 20 – Distribuição do custo total apurado no 1º quadrimestre de 2025 dividido por categorias de despesa | 31



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

SEGUNDA VICE-PRESIDÊNCIA

Consultoria Técnico-Legislativa de Fiscalização, Controle, Acompanhamento de Políticas e Contas Públicas e Execução Orçamentária



LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGR	Acordo de Gestão Regional
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
APS	Atenção Primária à Saúde
ASPS	Ações e Serviços Públicos de Saúde
AVE	Acidente Vascular Encefálico
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CER	Centro Especializado de Reabilitação
CESES	Coordenação de Ensino-Serviço e Educação na Saúde
CLDF	Câmara Legislativa do Distrito Federal
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNES	Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde
Conofis	Consultoria Técnico-Legislativa de Fiscalização, Controle, Acompanhamento de Políticas e Contas Públicas e Execução Orçamentária
CONT	Controladoria Setorial da Saúde
CSA	Comissão de Saúde
DF	Distrito Federal
DIASF	Diretoria de Assistência Farmacêutica
eAP	Equipe de Atenção Primária
eCR	Equipe de Consultório na Rua
eMulti	Equipe Multiprofissional na Atenção Primária
eSB	Equipe de Saúde Bucal
eSF	Equipe de Saúde da Família
ESPDF	Escola de Saúde Pública do Distrito Federal
ETP	Estudo Técnico Preliminar
FCDF	Fundo Constitucional do Distrito Federal
FEPECS	Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências de Saúde
FHB	Fundação Hemocentro de Brasília
FNS	Fundo Nacional de Saúde
FSDF	Fundo de Saúde do Distrito Federal
GDF	Governo do Distrito Federal
HCB	Hospital da Criança de Brasília
HIV	Human Immunodeficiency Virus
HMIB	Hospital Materno Infantil de Brasília
HRG	Hospital Regional do Gama
HSVP	Hospital São Vicente de Paula
IAM	Infarto Agudo do Miocárdio
ICIPE	Instituto do Câncer Infantil e Pediatria Especializada



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

SEGUNDA VICE-PRESIDÊNCIA

Consultoria Técnico-Legislativa de Fiscalização, Controle, Acompanhamento de Políticas e Contas Públicas e Execução Orçamentária



IDGC	Índice de Desempenho da Gestão de Custos
IGESDF	Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal
IPEDF	Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal
Lacen	Laboratório Central
LOA	Lei Orçamentária Anual
LODF	Lei Orgânica do Distrito Federal
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MAC	Média e Alta Complexidade
MIF	Mulheres em Idade Fértil
MS	Ministério da Saúde
NUFAJ	Núcleo de Farmácia Judicial
OPME	Órteses, próteses e materiais especiais
PAS	Programação Anual de Saúde
PBF	Programa Bolsa Família
PCA	Plano de Contratação Anual
PDS	Plano Distrital de Saúde
PDTIC	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
PEPS	Plano de Educação Permanente em Saúde
PIS	Práticas Integrativas em Saúde
PNGC	Programa Nacional de Gestão de Custos
PPA	Plano Plurianual
RA	Região Administrativa
RAMI	Rede de Atenção Materna e Infantil
RDQA	Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior
RICLDF	Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal
RS	Região de Saúde
RREO	Relatório Resumido de Execução Orçamentária
SAD	Serviço de Atenção Domiciliar
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SES-DF	Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal
SIM	Sistema de Informações de Mortalidade
SUS	Sistema Único de Saúde
TF	Termos de Fomento
UBS	Unidade Básica de Saúde
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
URD	Unidades de Referência Distrital
UTI	Unidade de Terapia Intensiva



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

SEGUNDA VICE-PRESIDÊNCIA

Consultoria Técnico-Legislativa de Fiscalização, Controle, Acompanhamento de Políticas e Contas Públicas e Execução Orçamentária



APRESENTAÇÃO

Trata-se de Estudo Técnico solicitado pela Comissão de Saúde (CSA), que analisa a versão preliminar do Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA) da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES-DF), referente ao 1º quadrimestre de 2025. O documento também apresenta questionamentos sobre o tema, considerando a audiência pública programada para **21 de agosto de 2025**.

O trabalho foi elaborado em consonância com o disposto no inciso IV do art. 10 da Resolução n. 338/2023, o qual estabelece:

Art. 10. À Conofis compete: [...]

IV – realizar, sempre que solicitado, estudos, responder a consultas e prestar esclarecimentos técnico-legislativos em matéria de planos, programas e ações governamentais, inclusive em matéria de execução orçamentária, tecnologia aplicada, relacionadas às suas competências e áreas de especialização dos consultores técnico-legislativos, no desempenho da atividade de fiscalização, controle e acompanhamento de políticas e contas públicas (Câmara Legislativa do Distrito Federal, 2023).



SUMÁRIO

1	CONTEXTUALIZAÇÃO	 9
2	METODOLOGIA	 9
3	RESULTADOS OBTIDOS NO 1º QUADRIMESTRE DE 2025 (janeiro a abril de 2025)	 10
3.1	Dados demográficos do Distrito Federal	 10
3.2	Rede física de saúde prestadora dos serviços do SUS	 12
3.3	Produção dos Serviços do SUS	 13
3.3.1	Atenção Primária à Saúde (APS)	 13
3.3.2	Atenção Especializada Ambulatorial e Hospitalar	 13
3.3.3	Urgência e Emergência	 14
3.3.4	Atenção Psicossocial	 15
3.3.5	Vigilância em Saúde	 15
3.3.6	Assistência Farmacêutica	 16
3.4	Força de trabalho	 16
3.5	Programação Anual de Saúde (PAS)	 18
3.6	Execução Orçamentária e Financeira	 25
3.6.1	Aplicação Mínima em Ações e Serviços Públicos (ASPS)	 26
3.6.2	Execução Orçamentária por Fontes de Recurso	 27
3.6.3	Execução Orçamentária por Grupo de Despesa	 28
3.6.4	Execução Orçamentária por Programas do Plano Plurianual (PPA)	 28
3.7	Gestão de Custos	 31
3.8	Controladoria	 32
4	QUESTIONAMENTOS A SEREM DIRIGIDOS AOS GESTORES DA SES-DF	 33
4.1	Questionamentos prioritários	 33
4.2	Outros questionamentos	 35
5	CONCLUSÕES	 36
6	RECOMENDAÇÕES TÉCNICAS	 38
	REFERÊNCIAS	 39
	ANEXO 1 – Resultados das metas fixadas no PDS/SES-DF, 1º Quadrimestre de 2025	 42



1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Nos termos do § 5º do art. 36 da Lei Complementar Federal n. 141, de 13 de janeiro de 2012, o gestor do Sistema Único de Saúde (SUS) deve apresentar, ao final dos meses de maio e setembro do mesmo ano e em fevereiro do ano seguinte, relatório detalhado do quadrimestre anterior, contendo:

- i. montante e fonte dos recursos aplicados no período;
- ii. auditorias realizadas ou em fase de execução no período e suas recomendações e determinações; e
- iii. oferta e produção de serviços públicos na rede assistencial própria, contratada e conveniada, com cruzamento dos dados e dos indicadores de saúde (Brasil, 2012).

Nesse contexto, a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES-DF) encaminhou a versão preliminar do Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA) do 1º Quadrimestre de 2025, com o objetivo de prestar contas e tornar público o acompanhamento e o monitoramento das metas, dos indicadores e das ações realizadas **no período de janeiro a abril de 2025**.

O relatório está estruturado conforme segue:

- i. Dados demográficos e de morbimortalidade no Distrito Federal;
- ii. Rede física de saúde prestadora dos serviços do SUS;
- iii. Produção de serviços no SUS;
- iv. Força de trabalho;
- v. Programação Anual de Saúde (PAS);
- vi. Execução Orçamentária e Financeira;
- vii. Gestão de Custos;
- viii. Controladoria;
- ix. Considerações finais;
- x. Anexos.

Por fim, destaca-se que, conforme estabelecido pelo parágrafo único do art. 77 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal (RICLDF), compete à Comissão de Saúde (CSA) realizar audiência pública a fim de que o gestor do SUS apresente o relatório (Câmara Legislativa do Distrito Federal, 2024c).

2 METODOLOGIA

A análise apresentada fundamenta-se na versão preliminar do RDQA referente ao 1º quadrimestre de 2025. Nesse sentido, todos os dados apresentados são oriundos desse Relatório, exceto quanto àqueles expressamente referenciados.



Para a análise dos indicadores da Programação Anual de Saúde (PAS), estabeleceu-se uma escala de categorização dos resultados, conforme exposto no **Quadro 1**. Para cada indicador, foram comparados o percentual alcançado, a tendência em relação ao mesmo quadrimestre do ano anterior e a tendência em relação ao quadrimestre imediatamente anterior.

Quadro 1 – Critérios para categorização do desempenho dos indicadores da Programação Anual de Saúde – 2025

Categoria	Percentual alcançado	Tendência em relação ao mesmo quadrimestre do ano anterior	Tendência em relação ao quadrimestre imediatamente anterior
Insuficiente	Alcançou menos de 50% da meta prevista	Apresentou tendência decrescente ao longo do tempo	Apresentou tendência decrescente ao longo do tempo
Médio	Alcançou de 50% a 70% da meta prevista	Apresentou tendência de estabilidade ou variação de até 1% ao longo do tempo	Apresentou tendência de estabilidade ao longo do tempo
Bom	Alcançou de 70% a 90% da meta prevista	Apresentou tendência crescente até 10% ao longo do tempo	Apresentou tendência crescente até 10% ao longo do tempo
Ótimo	Alcançou mais de 90% da meta prevista	Apresentou tendência crescente maior que 10% ao longo do tempo	Apresentou tendência crescente maior que 10% ao longo do tempo

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do estudo, 2025.

3 RESULTADOS OBTIDOS NO 1º QUADRIMESTRE DE 2025 (janeiro a abril de 2025)

3.1 Dados demográficos do Distrito Federal

De acordo com o Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF), a projeção populacional do Distrito Federal para 2025 é de 2.996.899 habitantes, sendo 52% mulheres e 48% homens. Em relação à estrutura etária, verifica-se a predominância de adultos e o envelhecimento da população, corroborado pela redução gradual da quantidade de nascidos vivos em Brasília nos últimos dez anos (Distrito Federal, 2022).

Conforme apontado nos Estudos Técnicos n. 004 e 005/2024-UCP/Conofis/CLDF (Câmara Legislativa do Distrito Federal, 2024a; 2024b), em



atendimento às diretrizes de regionalização e hierarquização do SUS, os Decretos Distritais n. 37.515/2016 e 38.982/2018 (Distrito Federal, 2016; 2018) subdividiram o DF em sete Regiões de Saúde (RS), visando aprimorar a gestão de recursos e demandas.

Cada RS agrega Regiões Administrativas (RA) contíguas, favorecendo o planejamento das ações, a distribuição dos equipamentos públicos de saúde, a integração entre as unidades e a execução mais eficiente das ações. O **Quadro 2** detalha a composição de cada RS.

Quadro 2 – Regiões de Saúde (RS) do DF

Região de Saúde	Região Administrativa	Região de Saúde	Região Administrativa
Central	Cruzeiro	Norte	Arapoanga
	Lago Norte		Fercal
	Lago Sul		Planaltina
	Plano Piloto		Sobradinho
	Sudoeste/Octogonal		Sobradinho II
	Varjão		
Centro-Sul	Candangolândia	Oeste	Brazlândia
	Guará		Ceilândia
	Núcleo Bandeirante		Sol Nascente/Pôr do Sol
	Park Way	Sudoeste	Água Quente
	Riacho Fundo		Águas Claras
	Riacho Fundo II		Arniqueira
	SCIA (Estrutural)		Recanto das Emas
	Sia		Samambaia
Leste	Itapoã		Taguatinga
	Jardim Botânico	Sul	Vicente Pires
	Paranoá		Gama
	São Sebastião		Santa Maria

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do estudo, 2025.

Quanto ao perfil populacional das Regiões de Saúde do DF, a distribuição mostra variações, com maior concentração nas RS Sudoeste (27,5%) e Oeste (16,2%). Quanto à distribuição populacional por faixa etária, observa-se predominância da



população mais jovem (abaixo de 19 anos) nas RS Leste e Norte, enquanto a RS Central concentra a população com mais de 50 anos.

Em relação às internações, a RS Sul registra o maior número, devido, principalmente, ao elevado número de partos realizados nos Hospitais Regionais de Santa Maria e do Gama. As RS Sudoeste e Oeste também apresentam altos índices de internação, condizentes com a maior densidade populacional no DF.

No que diz respeito à cobertura vacinal infantil, no 1º quadrimestre de 2025, a análise evidenciou desigualdades entre as Regiões de Saúde. As RS Central e Oeste apresentam desempenho próximo ou acima das metas, com destaque para a RS Central, que ultrapassou 100% em diversos imunobiológicos, indicando vacinação de não residentes. Em contrapartida, as RS Leste, Centro Sul e Norte registraram índices significativamente inferiores à meta de 95%. Na RS Leste, por exemplo, as coberturas para Poliomielite e Pentavalente ficaram em torno de 55%.

Esses resultados apontam para a necessidade de estratégias específicas de intensificação vacinal, mobilização social e busca ativa nessas áreas, visando garantir equidade no acesso à vacinação e proteção coletiva em todo o território.

3.2 Rede física de saúde prestadora dos serviços do SUS

O Decreto Federal n. 7.508/2011 determina que cada Região de Saúde deve dispor, no mínimo, de Unidade Básica de Saúde (UBS), Unidade de Urgência e Emergência (hospital ou Unidade de Pronto Atendimento – UPA), Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), Unidade Ambulatorial, Unidade Hospitalar e Unidade de Vigilância em Saúde.

O total de estabelecimentos existentes na rede pública de saúde do DF no 1º quadrimestre de 2025 era de 409, incluindo 181 UBS, 14 hospitais gerais, 3 hospitais especializados, 35 Clínicas/Centros de Especialidade, 13 UPA, 18 CAPS, 19 policlínicas, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU-192), com 59 viaturas de atendimentos básico e avançado.

Entre o 3º quadrimestre de 2024 e o 1º quadrimestre de 2025, houve acréscimo líquido de sete estabelecimentos na SES-DF, decorrente de:

- Adequação de cinco UBS antes classificadas como Pontos de Apoio;
- Criação de seis estabelecimentos de gestão para as superintendências das Regiões de Saúde;
- Desativação da Farmácia de Dispensação de Medicamentos em Casa, devido à inatividade do projeto criado no período da pandemia de covid-19;
- Devolução de três consultórios isolados à Secretaria de Justiça e Cidadania do DF.



Por fim, destaca-se que, com o objetivo de suprir lacunas da rede pública e garantir a integralidade do cuidado, a SES-DF mantém contratos com prestadores privados, conforme § 2º do art. 4º da Lei n. 8.080/1990. No 1º quadrimestre de 2025, foram contratados serviços complementares que totalizaram 61.610 procedimentos, ao custo de R\$ 130.659.160,84. Em relação à quantidade, o principal procedimento executado foi a Terapia Renal Substitutiva (50.743; 82%). Considerando-se o valor, o maior dispêndio foi com Unidades de Terapia Intensiva (UTI adulto, neonatal e pediátrica), correspondendo a um montante de R\$ 53.270.217,96 (41%).

3.3 Produção dos Serviços do Sistema Único de Saúde (SUS)

A produção engloba oferta, cobertura e execução de serviços estratégicos para o monitoramento das ações de saúde no DF, devendo ser analisada em conjunto com os indicadores do Plano Distrital de Saúde e as ações da Programação Anual de Saúde.

3.3.1 Atenção Primária à Saúde (APS)

No 1º quadrimestre de 2025, foram registrados 1.192.328 atendimentos individuais por profissionais de nível superior na Atenção Primária à Saúde. Em comparação com o 3º quadrimestre de 2024, verificou-se um aumento de 107.111 atendimentos (9%). Os principais tipos de atendimentos foram: puericultura (210.973), hipertensão arterial (102.287), pré-natal (78.068), diabetes (61.352) e saúde mental (54.513).

No mesmo período, foram realizados 3.315.457 procedimentos na APS, um acréscimo de 387.834 (11,7%) em relação ao quadrimestre anterior. Os principais procedimentos realizados foram: aferição de pressão arterial (660.934); consulta médica em Atenção Primária (491.373); avaliação antropométrica (487.040); consulta com profissionais de nível superior (exceto médico) (478.547); e aferição de temperatura (217.032).

3.3.2 Atenção Especializada Ambulatorial e Hospitalar

Na SES-DF, a atenção especializada compreende serviços ambulatoriais e hospitalares que oferecem assistência diagnóstica e terapêutica de média e alta complexidade tecnológica.

Em relação à produção hospitalar, procedimentos clínicos e cirúrgicos representaram 98,98% do total.



Quanto à Atenção Ambulatorial, observa-se que 48,7% da produção foi realizada pelos Serviços Centralizados, compostos principalmente pelas farmácias de Alto Custo, pela Fundação Hemocentro de Brasília e pelo Laboratório Central (Lacen).

3.3.3 Urgência e Emergência

No 1º quadrimestre de 2025, a produção ambulatorial das unidades de urgência e emergência totalizou 3.415.912 procedimentos, com custo de R\$ 15.857.083,96. A produção hospitalar foi de 69.753 procedimentos, no valor de R\$ 109.601.514,12. Importante destacar que esses dados compreendem a produção nos estabelecimentos públicos e privados contratados pela SES-DF.

A maior parte da produção corresponde a procedimentos clínicos, tanto na atenção hospitalar, com 49.671 registros (71,00%), quanto na ambulatorial, com 2.212.702 registros (65%). Na atenção hospitalar, também se destaca a produção de procedimentos cirúrgicos: 19.349 (27,70% do total).

A **Tabela 1** detalha a produção da atenção hospitalar de urgência e emergência, por RS. Quanto às informações constantes da tabela a seguir, informa-se que os valores totais foram recalculados tendo em vista a incorreção identificada na tabela presente no próprio RDQA.

Tabela 1 – Produção da atenção hospitalar de urgência e emergência, por Regiões de Saúde, SES-DF, 1º quadrimestre de 2025

Local	Procedimentos Clínicos e de Diagnóstico		Procedimentos Cirúrgicos		Procedimentos Transplantes		Total	
	N	Valor (RS)	N	Valor (RS)	N	Valor (RS)	N	Valor (RS)
Sudoeste	7.300	7.095.663,00	2.455	2.833.297,00	2	2.500,00	9.757	9.931.460,00
Norte	5.509	3.497.803,00	2.113	1.530.493,00	0	-	7.622	5.028.299,00
Oeste	6.872	3.358.085,00	2.784	2.414.139,00	0	-	9.656	5.772.224,00
Central	2.445	2.002.654,00	902	980.759,00	0	-	3.347	2.983.413,00
Sul	11.566	12.281.463,00	3.833	4.281.134,00	19	18.224,00	15.418	16.580.821,00
Leste	3.187	2.007.004,00	1.477	1.501.126,00	2	3.947,00	4.666	3.512.077,00
Centro-Sul	1.093	304.000,00	0	-	0	-	1.093	304.000,00
URD HBDF	4.894	11.468.475,00	3.457	15.575.246,00	109	871.324,00	8.460	27.915.045,00
URD HMIB	3.774	4.398.434,00	1.063	1.109.575,00	0	-	4.837	5.508.009,00
URD HCB	1	128,00	0	-	0	-	1	128,00
URD HSVP	528	563.819,00	0	-	0	-	528	563.819,00
Contratado/Credenciado	2.632	12.823.524,00	1.265	10.989.183,00	471	7.689.498,00	4.368	31.502.205,00
Total	49.801	59.801.052,00	19.349	41.214.952,00	603	8.585.493,00	69.753	109.601.500,00

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do RDQA, 2025.



Nota-se que a RS Sul apresentou o maior número de internações de urgência, totalizando 15.418 (30% do grupo). Ressalta-se, ainda, a participação da rede contratada/credenciada, responsável por R\$ 31.502.206,00, equivalente a 29% do valor total.

3.3.4 Atenção Psicossocial

A produção ambulatorial em atenção psicossocial totalizou 126.776 procedimentos, ao custo de R\$ 9.055,95. Desse total, 99,17% (125.732) foram realizados nas Regiões de Saúde, com destaque para a Região Sudoeste, que registrou 39.019 procedimentos.

Os atendimentos mais frequentes foram o Atendimento Individual de Paciente (26.539 registros) e o Acolhimento Diurno de Paciente (17.812 registros), ambos realizados em CAPS, responsáveis por 99% dos procedimentos ambulatoriais psicossociais.

Na atenção hospitalar, a produção psicossocial no 1º quadrimestre de 2025 totalizou 1.329 internações, correspondendo a um custo de R\$ 916.957,44. O Hospital São Vicente de Paulo apresentou o maior quantitativo, com 528 internações (39,73%), seguido pelo Hospital de Base, com 220 internações (16,55%).

3.3.5 Vigilância em Saúde

A Vigilância em Saúde consiste em um processo contínuo de coleta e análise de dados sobre eventos de saúde, visando implementar medidas de proteção e promoção da saúde da população.

No 1º quadrimestre de 2025, a produção de serviços de saúde no Distrito Federal totalizou 92.964 atendimentos e inspeções. As atividades concentraram-se em dois grupos principais: ações de promoção e prevenção, com 27.294 registros (29%) e procedimentos diagnósticos, com 65.670 registros (71%). No primeiro grupo, destacaram-se as inspeções sanitárias de estabelecimentos (7.325, correspondente a 26,83%) e a fiscalização do uso de produtos fumígenos derivados de tabaco em ambientes coletivos fechados (7.309, correspondente a 26,78%). Já nos procedimentos diagnósticos, que representaram a maior parte das atividades, sobressaíram os testes rápidos para dengue (36.234, correspondente a 55,17%) e os testes para SARS-COV-2 (18.658, correspondente a 28,41%).



3.3.6 Assistência Farmacêutica

A oferta de medicamentos no SUS é estruturada através do Bloco de Financiamento da Assistência Farmacêutica – composto pelos componentes Básico, Estratégico e Especializado – e do Programa Farmácia Popular.

O Componente Especializado, operado pelas Farmácias de Alto Custo, atende a usuários que necessitam de medicamentos de difícil acesso devido ao elevado custo ou à baixa produção industrial. Atualmente, a SES-DF mantém três unidades desse tipo, localizadas nas seguintes RS/RA: Central (Asa Sul), Oeste (Ceilândia) e Sul (Gama).

Nessas unidades, foram registrados 9.474.901 atendimentos, com o custo de R\$ 10.941.925,03.

3.4 Força de trabalho

O RDQA disponibiliza a composição da força de trabalho da SES-DF, contemplando profissionais de planejamento, gestão e áreas assistenciais. A **Tabela 2** apresenta o quadro de pessoal da Secretaria por tipo de vínculo, comparando o 1º quadrimestre de 2025 com o de 2024.

Tabela 2 – Força de trabalho da SES-DF, por tipo de vínculo, 1º quadrimestre de 2024 e 1º quadrimestre de 2025

Tipo de vínculo	1º quad./2024 Quantitativo total (*)	1º quad./2025 Quantitativo total (*)
Comissionados sem vínculo efetivo	240	300
Contrato temporário	272	110
Mais médicos	119	127
Médicos pelo Brasil	39	36
Requisitados	662	622
Cedidos	1.668	1.505
Servidores efetivos distribuídos	427	429
Servidores efetivos da SES-DF	28.538	28.993
TOTAL	31.965	32.122

(*) considera os servidores com e sem função comissionada.

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do RDQA, 2025.

Ao comparar os períodos de janeiro a abril de 2024 (1º quadrimestre) e de 2025 (1º quadrimestre), observa-se um **acréscimo de 1,59%** no número de servidores efetivos. Em contrapartida, evidencia-se **decréscimo de 59,55%** no número de contratados temporariamente. Essa redução deve-se ao encerramento dos contratos temporários vinculados aos cargos médico generalista, padoleiro e condutor.



Em relação à força de trabalho total, considerando todos os vínculos elencados na **Tabela 2**, para o mesmo período comparativo, identificou-se **aumento de 0,49%**.

No recorte por carreira, a maior participação corresponde à de **técnico em enfermagem**, com 9.104 profissionais (28,34% do total). A **Tabela 3** apresenta a distribuição da força de trabalho por carreira no período em análise.

Tabela 3 – Força de trabalho da SES-DF, por carreira, 1º quadrimestre de 2025

Carreiras	Quantitativo (1º quad./2025)	%
Carreira de técnico em enfermagem	9.104	28,34%
Carreira de assistência pública à saúde	5.864	18,26%
Carreira de médico	4.869	15,16%
Carreira de enfermeiro	4.286	13,34%
Carreira de especialista em saúde	3.554	11,06%
Carreira de vigilância ambiental e atenção comunitária à saúde	2.275	7,08%
Outras	1.085	3,38%
Carreira de cirurgião-dentista	641	1,99%
Carreira de políticas públicas e gestão governamental	278	0,87%
Carreira de auditoria de atividades urbanas	148	0,46%
Carreira de planejamento urbano e infraestrutura	18	0,06%
TOTAL	32.122	100%

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do RDQA, 2025.

Comparando com o quadrimestre anterior (3º quadrimestre de 2024), analisado no Estudo Técnico n. 01/2025/Conofis/CLDF, evidencia-se redução do número de profissionais nas seguintes carreiras:

- Técnico em enfermagem;
- Assistência pública à saúde;
- Médico;
- Enfermeiro;
- Especialista em saúde;
- Cirurgião-dentista;
- Políticas públicas e gestão governamental.

Na distribuição por Superintendência de Saúde, evidencia-se que a região **Sudoeste**, que abarca as regiões administrativas Águas Claras, Recanto das Emas, Samambaia, Taguatinga, Vicente Pires e Água Quente, concentra o maior contingente, com 5.728 servidores (17,83% do total).



Entre janeiro e abril de 2025, ocorreram 228 nomeações para os cargos de cirurgião-dentista, técnico em enfermagem e diversas especialidades médicas. Adicionalmente, houve 343 contratações temporárias.

A **taxa de absenteísmo** registrada em fevereiro de 2025 foi de **9,38%**, abaixo da meta fixada de 9,81%. A maior taxa foi identificada na carreira de gestão de políticas públicas e gestão governamental no Hospital Materno Infantil de Brasília (HMIB), atingindo 36,24%. Essa carreira abrange os cargos de especialista em políticas públicas e gestão governamental, analista em políticas públicas e gestão governamental e técnico em políticas públicas e gestão governamental.

No âmbito da **residência em saúde** – modalidade de pós-graduação *lato sensu*, caracterizada por treinamento em serviço supervisionado –, o 1º quadrimestre de 2025 registrou o total de 1.931 residentes, sendo 1.136 médicos e 795 de áreas profissionais da saúde.

3.5 Programação Anual de Saúde (PAS)

A Programação Anual de Saúde (PAS) é o instrumento que operacionaliza o Plano Distrital de Saúde (PDS). A programação transforma as metas do PDS em metas anuais e evidencia a alocação dos recursos orçamentários que custeiam as políticas públicas de saúde.

O **Anexo 1** consolida os resultados dos indicadores de cada diretriz referentes ao período de janeiro a abril de 2025, além de categorizar o desempenho conforme os critérios metodológicos adotados neste Estudo Técnico.

Os seguintes indicadores previstos no PDS tiveram **resultado** da meta **zerado** no 1º quadrimestre de 2025:

- i. **Percentual de Unidades Básicas de Saúde com cobertura de serviços de telediagnóstico implantados:** o Estudo Técnico Preliminar (ETP) para oferta do serviço encontra-se em fase de elaboração;
- ii. **Número de equipes de Consultório na Rua (eCR) Modalidade 3 do Distrito Federal:** não houve implantação no período devido a pendências de homologação, carência de profissionais e trâmites administrativos. Estão em andamento ações para ampliar e qualificar as equipes, incluindo realização de concursos, capacitações e planejamento alinhado às demandas populacionais. Destaca-se a necessidade de articulação intersetorial para garantir atendimento à população em situação de rua.



Os indicadores das metas listadas a seguir apresentaram **desempenho insuficiente** (rol exemplificativo):

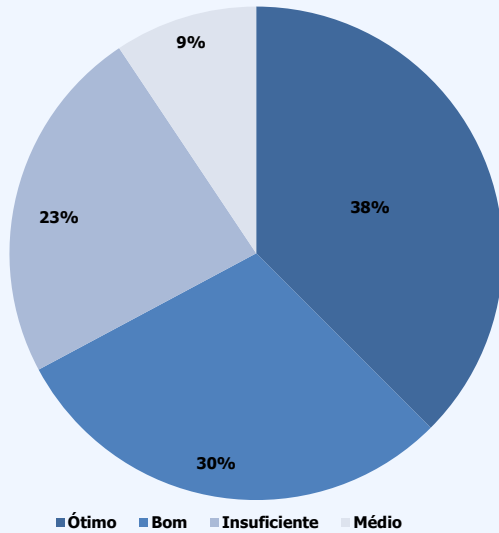
- Atingir 58% do número de UBS que realizam acima de 200 coletas laboratoriais ao mês: o percentual obtido foi 15%;
- Ampliar as ações de saúde da mulher melhorando o acesso aos exames de mamografia na razão de 0,22 até 2027. A meta para o quadrimestre era 0,18, mas foi alcançado apenas 0,04;
- Ofertar vagas para Reabilitação Intelectual Adulto e Infantil: o objetivo era 25%, mas o resultado foi 6,39%;
- Ampliar para 30% a realização de testes rápidos para HIV, sífilis e hepatites B e C: meta 25% (para 2025), resultado 6,39%;
- Implementar a gestão de risco em 80% dos processos de trabalho priorizados: o objetivo para 2025 é 70%, mas obteve-se 15,38%.

Do total de 80 metas que compõem o PAS 2025, 64 foram categorizadas conforme proposta metodológica deste Estudo; as demais não foram classificadas por se tratar de indicadores com periodicidade anual.

Nesse cenário, o **Gráfico 1** demonstra o desempenho geral obtido no 1º quadrimestre, e o **Gráfico 2**, a execução orçamentária da SES-DF no período de interesse. Em relação ao desempenho, verifica-se que 68% das metas foram classificadas como **Ótimo ou Bom**, enquanto 23% foram **Insuficientes**. Quanto à execução orçamentária, apenas 47% do montante autorizado foi efetivamente liquidado.

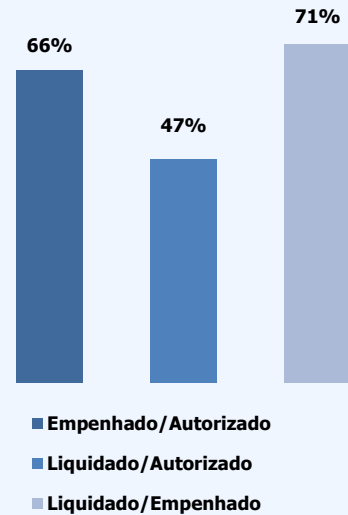


Gráfico 1 – Distribuição do desempenho das metas do PAS/SES-DF – 1º quadrimestre de 2025



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do estudo, 2025.

Gráfico 2 – Execução orçamentária da SES-DF – 1º quadrimestre de 2025



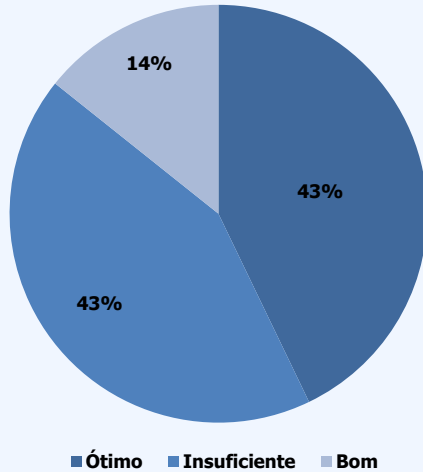
Fonte: elaboração própria a partir dos dados do estudo, 2025.

Nos gráficos seguintes, são apresentadas as análises do desempenho dos indicadores e da execução orçamentária no 1º quadrimestre para cada diretriz da PAS 2025.

Na Atenção Primária à Saúde, destaca-se desempenho **Insuficiente** para 43% das metas (**Gráfico 3**). No mesmo sentido, houve Execução Orçamentária (19%) inferior à média da PAS (47%) no 1º quadrimestre deste ano (**Gráfico 4**).

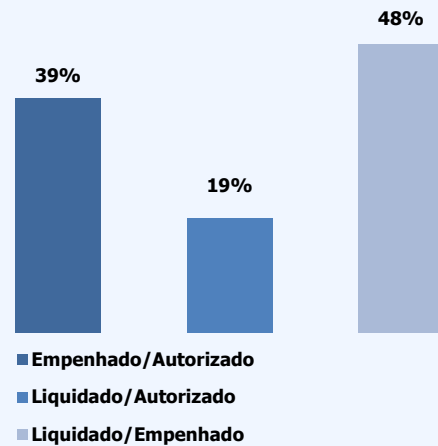


Gráfico 3 – Distribuição do desempenho das metas do PAS/SES-DF da Diretriz Atenção Primária – 1º quadrimestre de 2025



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do estudo, 2025.

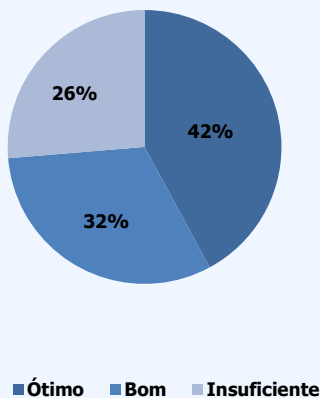
Gráfico 4 – Execução orçamentária da SES-DF da Diretriz Atenção Primária – 1º quadrimestre de 2025



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do estudo, 2025.

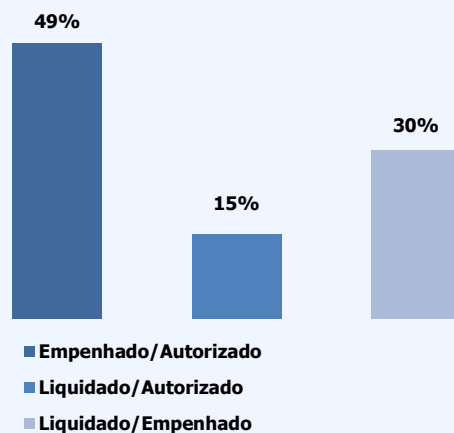
Em termos de Desempenho, a diretriz Redes de Atenção à Saúde registrou o segundo melhor resultado, atrás apenas da Gestão do Trabalho e Educação em Saúde. Essa posição foi alcançada mesmo com uma execução orçamentária inferior à média geral obtida na PAS no período (**Gráfico 6**).

Gráfico 5 – Distribuição do desempenho das metas do PAS/SES-DF da Diretriz Redes de Atenção à Saúde – 1º quadrimestre de 2025



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do estudo, 2025.

Gráfico 6 – Execução orçamentária da SES-DF da Diretriz Redes de Atenção à Saúde – 1º quadrimestre de 2025

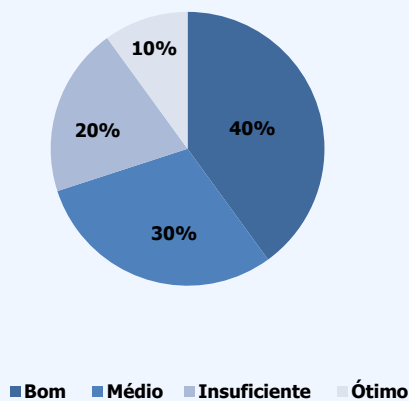


Fonte: elaboração própria a partir dos dados do estudo, 2025.



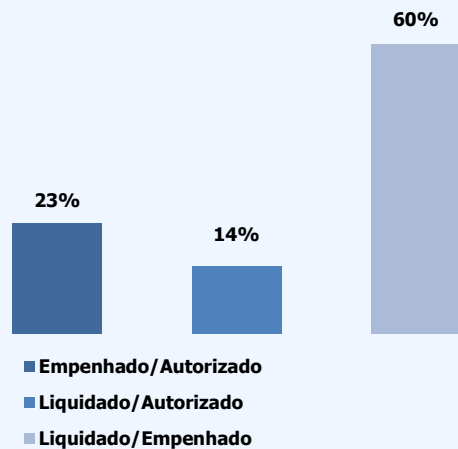
A diretriz Vigilância à Saúde apresentou o pior desempenho, com 50% do resultado considerado Médio/Insuficiente e apenas 10% considerado Ótimo (**Gráfico 7**), além de baixa execução orçamentária (**Gráfico 8**).

Gráfico 7 – Distribuição do desempenho das metas do PAS/SES-DF da Diretriz Vigilância à Saúde – 1º quadrimestre de 2025



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do estudo, 2025.

Gráfico 8 – Execução orçamentária da SES-DF da Diretriz Vigilância à Saúde – 1º quadrimestre de 2025

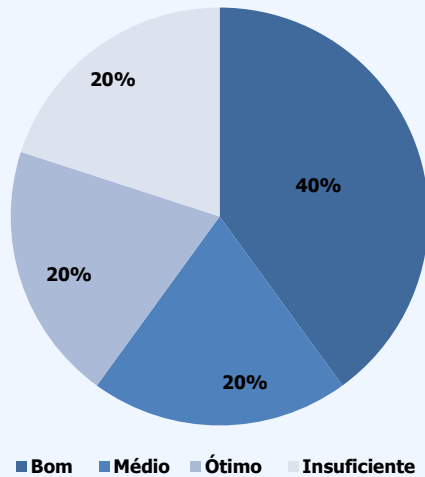


Fonte: elaboração própria a partir dos dados do estudo, 2025.

A diretriz Atenção Especializada totalizou 60% de resultado considerado como Ótimo/Bom (**Gráfico 9**).

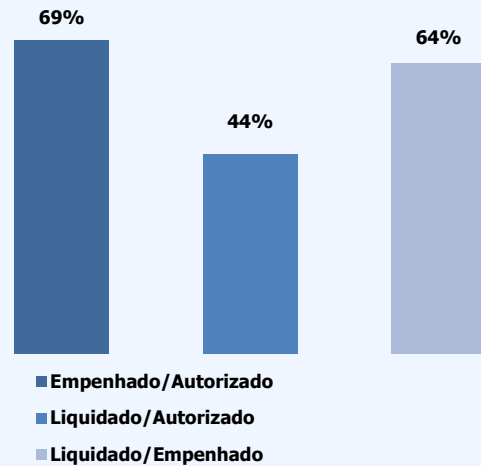


Gráfico 9 – Distribuição do desempenho das metas do PAS/SES-DF da Diretriz Atenção Especializada – 1º quadrimestre de 2025



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do estudo, 2025.

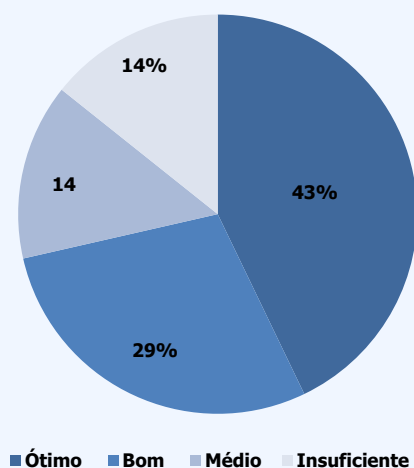
Gráfico 10 – Execução orçamentária da SES-DF da Diretriz Atenção Especializada – 1º quadrimestre de 2025



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do estudo, 2025.

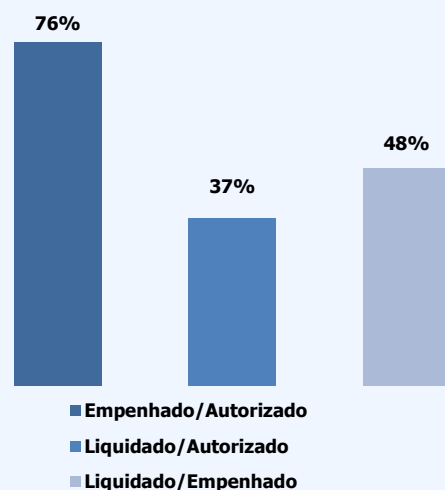
A diretriz Assistência Farmacêutica obteve o terceiro melhor resultado, com 72% dos indicadores avaliados como Ótimo/Bom (**Gráfico 11**).

Gráfico 11 – Distribuição do desempenho das metas do PAS/SES-DF da Diretriz Assistência Farmacêutica – 1º quadrimestre de 2025



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do estudo, 2025.

Gráfico 12 – Execução orçamentária da SES-DF da Diretriz Assistência Farmacêutica – 1º quadrimestre de 2025

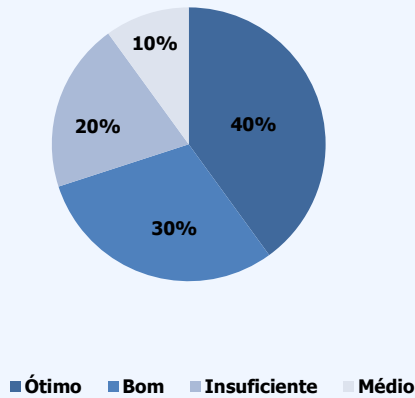


Fonte: elaboração própria a partir dos dados do estudo, 2025.

A diretriz Governança obteve desempenho Ótimo/Bom em 70% das metas, garantindo também a melhor execução orçamentária entre todas as diretrizes (**Gráfico 13**).

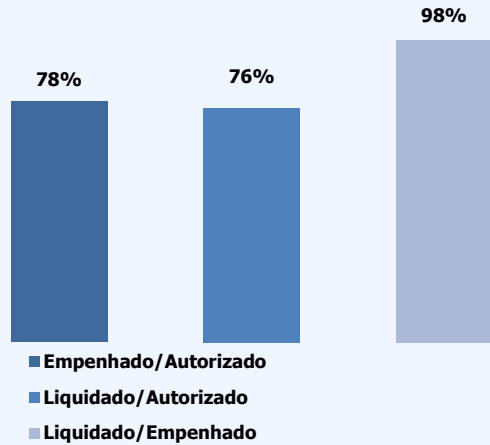


Gráfico 13 – Distribuição do desempenho das metas do PAS/SES-DF da Diretriz Governança – 1º quadrimestre de 2025



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do estudo, 2025.

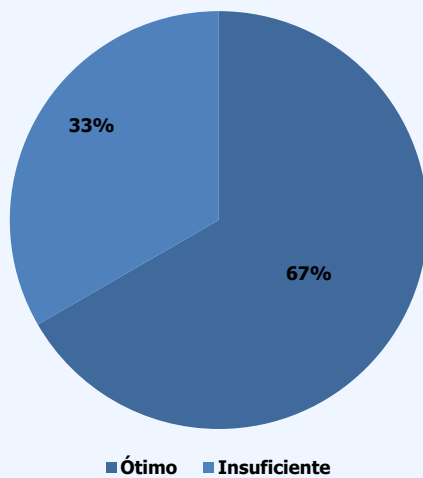
Gráfico 14 – Execução orçamentária da SES-DF da Diretriz Governança – 1º quadrimestre de 2025



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do estudo, 2025.

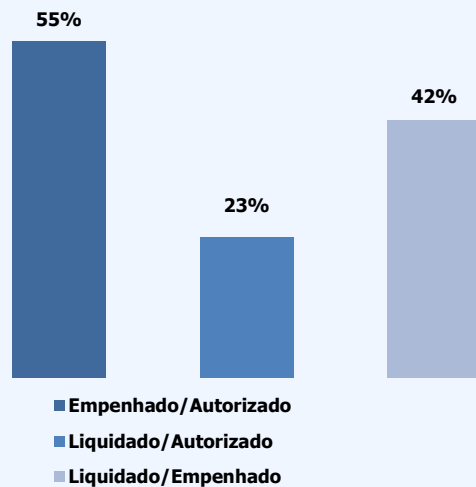
A diretriz Gestão de Infraestrutura Predial e Tecnologia da Informação e Comunicação obteve desempenho Ótimo em 67% das metas (**Gráfico 15**).

Gráfico 15 – Distribuição do desempenho das metas do PAS/SES-DF da Diretriz Gestão de Infraestrutura e Tecnologia da Informação – 1º quadrimestre de 2025



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do estudo, 2025.

Gráfico 16 – Execução orçamentária da SES-DF da Diretriz Gestão de Infraestrutura e Tecnologia da Informação – 1º quadrimestre de 2025

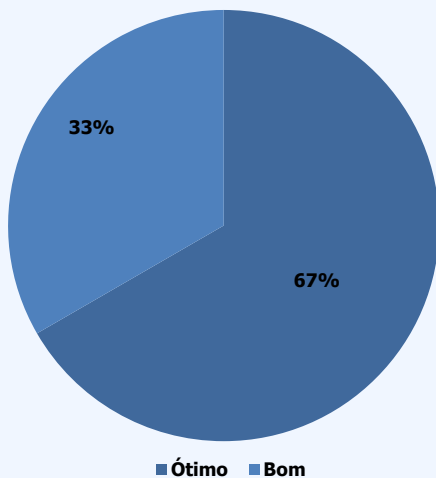


Fonte: elaboração própria a partir dos dados do estudo, 2025.



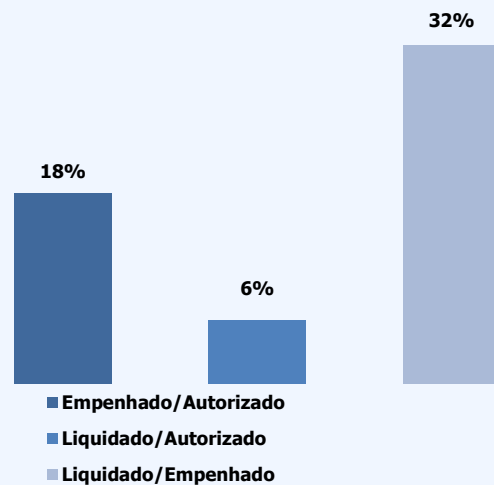
Gestão do Trabalho e Educação em Saúde obteve o melhor desempenho nos indicadores (**Gráfico 17**); em contraposição, apresentou a menor execução orçamentária entre as diretrizes (**Gráfico 18**).

Gráfico 17 – Distribuição do desempenho das metas do PAS/SES-DF da Diretriz Gestão do Trabalho e Educação em Saúde – 1º quadrimestre de 2025



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do estudo, 2025.

Gráfico 18 – Execução orçamentária da SES-DF da Diretriz Gestão do Trabalho e Educação em Saúde – 1º quadrimestre de 2025



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do estudo, 2025.

3.6 Execução Orçamentária e Financeira

No âmbito da SES-DF, a estimativa de receitas para 2025 na Lei Orçamentária Anual (LOA) é composta por duas fontes principais. A primeira corresponde ao orçamento próprio da SES-DF, composto por recursos do Tesouro do Governo do Distrito Federal (GDF), repasses da União e Convênios, totalizando R\$ 5.140.808.270,00, conforme detalhado no Anexo IV da LOA. A segunda fonte é o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), instituído pela Lei Federal n. 10.633/2002, que, de acordo com a LOA/2025 da União (Lei Federal n. 15.121/2025), destinou R\$ 6.685.677.660,00 para Pessoal e Encargos Sociais e R\$ 1.450.000.000,00 para Benefícios e Outras Despesas Correntes, somando R\$ 8.135.677.660,00. Dessa forma, a dotação inicial aprovada para a SES-DF, considerando todas as fontes, totalizou R\$ 13.186.005.821,00.

A **Tabela 4** apresenta o resumo da execução orçamentária da SES-DF até o 1º quadrimestre de 2025. Dos recursos provenientes do GDF e da União, foram empenhados 65,88% do valor autorizado. No caso do FCDF, o percentual foi de 36,97%.

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

SEGUNDA VICE-PRESIDÊNCIA

Consultoria Técnico-Legislativa de Fiscalização, Controle, Acompanhamento de Políticas e Contas Públicas e Execução Orçamentária

**Tabela 4 – Execução do Orçamento, por Fonte de Recurso, 1º Quadrimestre, SES-DF, 2025**

Descrição	GDF e Federal (R\$)	FCDF (R\$)	Total (R\$)
Dotação Inicial (Lei)	5.050.328.161,00	8.135.677.660,00	13.186.005.821,00
Alteração	62.398.380,00	-	62.398.380,00
Contingenciado	-	-	-
Cota	2.225.644.498,79	-	2.225.644.498,79
Bloqueado	39.622.000,00	-	39.622.000,00
Dotação Autorizada	2.847.460.042,21	8.135.677.660,00	10.983.137.702,21
Despesa Empenhada	1.875.892.898,31	3.007.724.244,87	4.883.617.143,18
Despesa Liquidada	1.337.612.475,33	2.158.483.935,15	3.496.096.410,48
Despesa Paga	1.273.561.295,39	2.156.946.295,26	3.430.507.590,65
Saldo Orçamentário	971.567.143,90	5.127.953.415,13	6.099.520.559,03

* Dotação Autorizada = Dotação Inicial + Alteração – Contingenciado – Cota – Bloqueado

Saldo Orçamentário = Dotação Autorizada – Despesa Empenhada.

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do estudo, 2025.

3.6.1 Aplicação Mínima em Ações e Serviços Públicos (ASPS)

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 198, § 2º, determina que União, Estados, DF e Municípios destinem um percentual mínimo de suas receitas para Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS). Esse percentual é regulamentado pela Lei Complementar Federal n. 141/2012, especificamente no que dispõem os arts. 6º e 7º.

Devido à sua natureza jurídica especial, o Distrito Federal arrecada tributos de competência estadual e municipal, sendo obrigado a aplicar, anualmente, pelo menos 12% das receitas estaduais e 15% das municipais em ASPS.

O cálculo do valor mínimo que o DF deve aplicar em ASPS considera a soma da receita líquida de impostos e das transferências constitucionais e legais. Esses dados são apresentados na **Tabela 5**, que apresenta informações do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), previsto na Constituição Federal e disciplinado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal n. 101/2000).

Tabela 5 – Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde, SES-DF, 2025

Item	Categoria	Valor da receita (R\$)	Valor Aplicado em ASPS (R\$)	%
1) Base de Cálculo Estadual	Receita realizada	5.851.201.359,05	702.144.163,09	12
2) Base de Cálculo Municipal	Receita realizada	3.249.859.240,02	487.478.886,00	15
3) Total: (1) + (2)	Receita realizada	9.101.060.599,07	1.189.623.049,09	13,07
4) Total Aplicado nas Funções 10 e 28	Despesa com ASPS	-	929.746.611,79	10,22
5) Total:	Despesa com ASPS	-	929.746.611,79	10,22
Diferença: (5) - (3)	Diferença	-	-259.876.437,30	-2,86

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do estudo, 2025.



Como se pode observar, no 1º quadrimestre de 2025, foram aplicados R\$ 929.746.611,79 em ASPS, o que representa 10,22% da receita realizada. Esse valor indica um déficit de R\$ 259.876.437,30, que equivale a 2,86% abaixo do percentual mínimo exigido para o período, conforme os dados publicados.

É importante destacar que o acompanhamento é realizado com base na despesa liquidada, e que a obrigatoriedade de cumprimento do percentual mínimo é verificada apenas ao final do exercício, não sendo exigida no fechamento de cada quadrimestre.

3.6.2 Execução Orçamentária por Fontes de Recurso

A classificação por Fonte/Destinação de Recursos agrupa receitas que seguem as mesmas regras de aplicação, permitindo identificar simultaneamente a origem e o destino dos recursos no orçamento. Esse mecanismo garante que determinadas receitas sejam direcionadas ao financiamento de projetos e atividades específicos do governo, conforme a legislação vigente.

A **Tabela 6** apresenta a execução orçamentária detalhada por fontes de recursos, incluindo FCDF, GDF, Ministério da Saúde (MS), Convênios e Emendas Parlamentares Federais.

Tabela 6 – Demonstrativo da Execução Orçamentária, por Fonte de Recurso, 1º Quadrimestre, SES-DF, 2025

Fonte de Recurso	Lei Orçamentária (R\$)	Despesa Autorizada (R\$) (A)	Despesa Empenhada (R\$) (B)	Despesa Liquidada (R\$)	(B)/(A)
FCDF*	8.135.677.660,00	8.135.677.660,00	3.007.724.244,87	2.158.483.935,15	36,97%
GDF	3.803.972.445,00	1.570.001.844,21	1.189.597.920,48	983.050.469,48	75,77%
MS 138	1.144.230.134,00	1.153.522.090,00	672.727.201,57	351.275.867,91	58,32%
MS 338	0	10.515.966,00	3.347.132,16	0	31,83%
Convênios	201.086,00	581.086,00	0	0	0%
Emendas Federais	101.924.496,00	112.839.056,00	10.220.644,10	3.286.137,94	9,06%
Total	13.186.005.821,00	10.983.137.702,21	4.883.617.143,18	3.496.096.410,48	44,46%

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do estudo, 2025.

As transferências de recursos do Ministério da Saúde constituem importante fonte de receita para o financiamento das ações e despesas da SES-DF. Esses repasses federais são organizados em blocos de financiamento, cada um com regras próprias de monitoramento e controle, conforme a Portaria de Consolidação n. 06/2017 – GM/MS:



- **Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde:** destina recursos para despesas de custeio, como manutenção e continuidade dos serviços, incluindo reparos e adaptações;
- **Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde:** contempla recursos para investimentos, como aquisição de equipamentos e realização de obras.

Nesse contexto, os recursos do Ministério da Saúde são repassados ao Distrito Federal pela modalidade “Fundo a Fundo”, em que as transferências do Fundo Nacional de Saúde (FNS) são direcionadas diretamente ao Fundo de Saúde do Distrito Federal (FSDF). Esses repasses são identificados pelas fontes de recurso 138 e 338: a fonte 138 corresponde aos recursos do FNS do exercício financeiro atual, enquanto a fonte 338 refere-se ao superávit de exercícios anteriores, ou seja, valores não utilizados que foram transferidos para o exercício seguinte.

No período analisado, o total liquidado foi de R\$ 351.275.867,91. Desse montante, apenas R\$ 70.406,00 foram destinados para investimentos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde.

3.6.3 Execução Orçamentária por Grupo de Despesa

A despesa orçamentária pode ser detalhada em grupos que reúnem elementos com características semelhantes quanto ao tipo de gasto. Entre os grupos com maior execução destacam-se “Pessoal e Encargos Sociais” e “Outras Despesas Correntes”, cujos valores empenhados foram de R\$ 2.923.798.257,69 e R\$ 1.890.158.708,55, respectivamente.

Em 2025, a Secretaria pôde utilizar recursos do FCDF para custear não somente gastos com Pessoal e Encargos Sociais, mas também despesas do Grupo 3 – Outras Despesas Correntes, cujos valores executados totalizaram R\$ 388.717.354,79, com destaque para o Elemento de Despesa 85 – Transferências por meio de Contrato de Gestão, objeto do Gasto Contratos de Gestão – Instituto do Câncer Infantil e Pediatria Especializada (ICIPE) e IGESDF, que consumiu R\$ 325.348.244,48 (84% do total do FCDF utilizado no Grupo).

3.6.4 Execução Orçamentária por Programas do Plano Plurianual (PPA)

O PPA 2024-2027 do Distrito Federal (Lei n. 7.378/2023) estrutura-se em três tipos de Programas: Temáticos (finalísticos), de Gestão e Manutenção (apoio governamental) e de Operações Especiais (não contributivos). Os Programas preveem Ações Orçamentárias específicas para o atingimento de seus objetivos.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

SEGUNDA VICE-PRESIDÊNCIA

Consultoria Técnico-Legislativa de Fiscalização, Controle, Acompanhamento de Políticas e Contas Públicas e Execução Orçamentária



A SES-DF vincula-se ao Programa Temático 6202 "Saúde em Movimento", com cinco Objetivos Específicos: Atenção Primária, Atenção Especializada, Assistência Farmacêutica, Vigilância à Saúde e Gestão do SUS. O Programa de Gestão 8202 "Saúde – Gestão e Manutenção" custeia serviços administrativos (limpeza, vigilância, entre outros), manutenção predial, reformas, tecnologia da informação e gestão de pessoal.

A **Tabela 7** detalha a execução orçamentária por Grupo de Atenção e Programa no 1º quadrimestre de 2025.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

SEGUNDA VICE-PRESIDÊNCIA

Consultoria Técnico-Legislativa de Fiscalização, Controle, Acompanhamento de Políticas e Contas Públicas e Execução Orçamentária



Tabela 7 – Execução Orçamentária, por Grupo de Atenção e Programa do PPA 2024-2027, até o 1 Quadrimestre, SES-DF, 2025

Grupo de Atenção	Programa PPA - 2024 a 2027	Lei Orçamentária (R\$)	Alterações (R\$)	Contingenciado + Cota + Bloqueado (R\$)	Despesa Autorizada (R\$)	Despesa Empenhada (R\$)	Despesa Liquidada (R\$)	Saldo Orçamentário* (Disponível) (R\$)
Primária (Subfunção: 301)	Temático: OE 0254 - Atenção Primária à Saúde	110.883.116,00	36.346.729,00	883.752,56	146.346.092,44	65.959.268,01	9.138.726,97	80.386.824,43
	Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	237.947.465,00	0	5.042.967,80	232.904.497,20	82.962.839,85	61.820.429,44	149.941.657,35
	Subtotal	348.830.581,00	36.346.729,00	5.926.720,36	379.250.589,64	148.922.107,86	70.959.156,41	230.328.481,78
**Especializada Hospitalar e Ambulatorial (Subfunção: 302, 306)	Temático: OE 0255 - Atenção Especializada Ambulatorial e Hospitalar à Saúde	2.155.232.390,00	-57.471.696,00	837.007.202,01	1.260.753.491,99	814.670.377,82	500.843.615,20	446.083.114,17
	Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	187.900.949,00	698.491,00	22.874.877,12	165.724.562,88	151.576.237,71	101.656.653,71	14.148.325,17
	Subtotal	2.343.133.339,00	-56.773.205,00	859.882.079,13	1.426.478.054,87	966.246.615,53	602.500.268,91	460.231.439,34
Farmacêutica (Subfunção: 302 e 303)	Temático: OE 0256 - Assistência Farmacêutica	279.848.927,00	46.661.543,00	151.643.858,41	174.866.611,59	133.719.611,77	64.433.416,43	41.146.999,82
Vigilância (Subfunção: 304 e 305)	Temático: OE 0257 - Vigilância à Saúde	26.892.963,00	0	2.358.577,37	24.534.385,63	6.262.626,91	1.040.646,04	18.271.758,72
	Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado Subtotal	58.920.625,00	0	6.192.436,88	52.728.188,12	11.727.394,01	9.682.980,76	41.000.794,11
	Subtotal	85.813.588,00	0	8.551.014,25	77.262.573,75	17.990.020,92	10.723.626,80	59.272.552,83
Gestão do SUS (Subfunção: 122, 126, 128 e 364)	Temático: OE 0258 - Gestão do Sistema Único de Saúde	106.845.798,00	-2.662.484,00	52.073.792,28	52.109.521,72	37.367.407,33	26.914.824,14	14.742.114,39
	Gestão e Manutenção e Serviços ao Estado	1.747.698.582,00	38.825.797,00	1.087.477.891,11	699.046.487,89	567.987.400,53	560.146.416,89	131.059.087,36
	Subtotal	1.854.544.380,00	36.163.313,00	1.139.551.683,39	751.156.009,61	605.354.807,86	587.061.241,03	145.801.201,75
Outros (Subfunção: 421 e 846)	Programa de Operações Especiais e no Programa Temático DF Mais Seguro	138.157.346,00	0	99.711.143,25	38.446.202,75	3.659.734,37	1.934.765,75	34.786.468,38
TOTAL		5.050.328.161,00	62.398.380,00	2.265.266.498,79	2.847.460.042,21	1.875.892.898,31	1.337.612.475,33	971.567.143,90

* Saldo Orçamentário = Dotação Autorizada – Despesa Empenhada.

** Devido a inconsistências no cadastro de programas de trabalho de algumas Emendas Distritais, foram também consideradas as subfunções 031 e 122 para o cálculo dos valores referentes à Atenção Especializada Hospitalar e Ambulatorial.

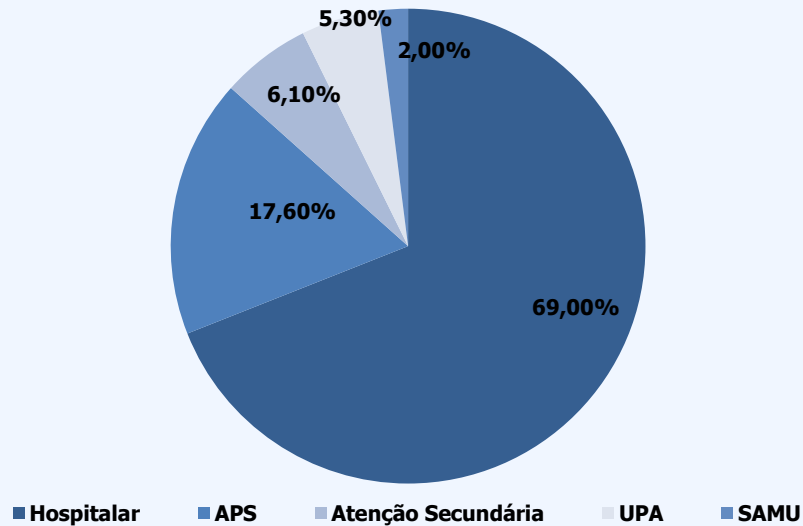
Fonte: elaboração própria a partir dos dados do estudo, 2025.



3.7 Gestão de Custos

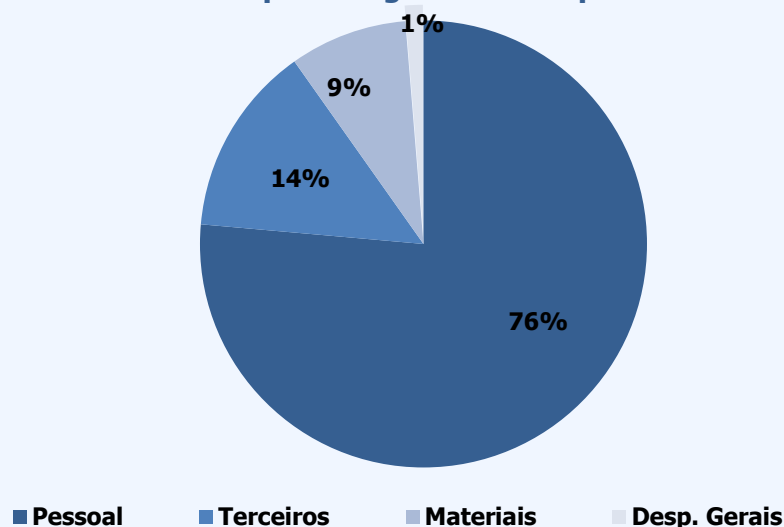
A SES-DF integra o Programa Nacional de Gestão de Custos (PNGC), que gera para o SUS informações sobre custos de unidades e serviços de saúde. O programa subsidia a tomada de decisões estratégicas, o planejamento orçamentário, análises comparativas de eficiência entre serviços, além de promover maior transparência para a sociedade. Os **Gráficos 19 e 20** evidenciam os custos apurados no 1º quadrimestre de 2025 por Níveis de Atenção/Serviços e categorias de despesas.

Gráfico 19 – Distribuição do custo total apurado do 1º quadrimestre de 2025 entre os Níveis de Atenção/Serviços.



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do estudo, 2025.

Gráfico 20 – Distribuição do custo total apurado no 1º quadrimestre de 2025 dividido por categorias de despesa



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do estudo, 2025.



3.8 Controladoria

Em conformidade com o Decreto n. 39.546/2018, a SES-DF conta com a Controladoria Setorial da Saúde (CONT), unidade responsável pelo comando, controle e fiscalização, diretamente subordinada à Secretaria. Por meio da Unidade Setorial de Controle Interno, a Controladoria acompanha, dirige, coordena, controla e avalia as atividades de auditoria, inspeção e controle interno no âmbito da Secretaria.

Para as ações de controle realizadas na Secretaria, consideram-se:

- **Nota Técnica:** documento orientativo e preventivo, voltado a promover a eficácia e eficiência no uso dos recursos públicos e a mitigar riscos de gestão.
- **Auditoria:** exame programado ou extraordinário de áreas relevantes da gestão, com foco na análise e avaliação de processos, programas, ações e projetos, ou na apuração de denúncias.
- **Inspeção:** verificação pontual destinada a apurar denúncias ou representações sobre irregularidades na aplicação de recursos públicos.

Entre as principais auditorias realizadas, destacam-se:

- **Auditoria de Monitoramento no Hospital Materno Infantil Dr. Antônio Lisboa (HMIB):** análise de possíveis irregularidades relacionadas à frequência de servidores, como falta de regras para troca de plantões, batida de ponto, bancos de horas, venda ilegal de plantões e atestados, além de encaminhamento de processos;
- **Auditoria de Análise do Absenteísmo em unidades da SES-DF:** análise do acompanhamento e das políticas de prevenção ao absenteísmo em unidades da SES-DF;
- **Auditoria de Conformidade sobre a gestão e execução do Contrato de Gestão n. 001/2018 pela SES-DF e IGESDF;**
- **Auditoria Operacional sobre a eficiência das redes de atenção à saúde do DF;**
- **Auditoria de Conformidade – Gestão do ICIPE, de ago./2021 a ago./2022:** avaliação dos atos e fatos da gestão ICIPE por meio do Contrato de Gestão n. 76/2019;
- **Auditoria sobre a execução do Contrato de Gestão n. 01/2018 pela SES-DF e os controles internos do IGESDF e gestão financeira (2019 a 2021);**
- **Auditoria de Conformidade na gestão do IGESDF;**



- **Auditoria para verificar pagamento indevido de adicional noturno a servidores da SES-DF no Hospital Regional do Gama (HRG);**
- **Auditoria realizada no IGESDF:** avaliação dos atos e fatos da gestão do IGESDF conforme Contrato de Gestão n. 001/2018, sob a ótica das manifestações da Ouvidoria;
- **Auditoria no Fundo de Saúde do Distrito Federal:** análise de atos e fatos da gestão do Fundo de Saúde de 2017 a 2022;
- **Auditoria na SES-DF sobre atos e fatos da gestão do ICIPE,** no período de agosto/2022 a julho/2023;
- **Auditoria sobre a fiscalização (integridade) dos contratos de prestação de Terapia Intensiva em caráter complementar;**
- **Monitoramento de falhas reportadas em Auditoria de Pessoal da SES-DF;**
- **Auditoria para verificar a organização do Sistema Nacional de Transplantes no âmbito do Distrito Federal;**
- **Auditoria sobre os Termos de Fomento (TF) vigentes com objetos similares, como exames e atendimento médico ambulatorial em diversas especialidades;**
- **Auditoria na Folha de Pagamento da SES-DF (2021):** verificação da legalidade e regularidade dos atos e despesas relacionadas à gestão de pessoal;
- **Auditoria para avaliar a regularidade da aplicação dos valores repassados pela União para o IGESDF.**

4 QUESTIONAMENTOS AOS GESTORES DA SES-DF

4.1 Questionamentos prioritários

1. Que medidas estão sendo adotadas para solucionar o número insuficiente de profissionais de saúde em praticamente todos os postos de trabalho?
2. Existe um plano específico para atração e retenção de **médicos** nos quadros da SES-DF?
3. Existe um plano para atração e retenção de profissionais em áreas de difícil acesso ou de alta demanda, como a Região de Saúde Norte?
4. O quantitativo atual de equipes de Saúde da Família atende à demanda do DF?
5. Qual o déficit atual de médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem na Estratégia de Saúde da Família?



6. Há planejamento para implantação de UBS na RA Sol Nascente/Pôr do Sol? Em caso afirmativo, qual o prazo e o número de equipes previsto?
7. Quais exames serão ofertados pelo telediagnóstico na Atenção Básica? Haverá substituição de servidores públicos por terceirizados para esse serviço?
8. Como a SES-DF pretende fortalecer a Atenção Primária à Saúde (APS) para reduzir as mortalidades materna e infantil, já que a cobertura total de equipes de Saúde da Família e de Atenção Primária ainda não atingiu a meta no DF?
9. Por que a SES-DF não tem conseguido atingir a meta de mamografias? A capacidade produtiva é suficiente? Médicos e enfermeiros da APS estão aptos a solicitar o exame?
10. Quais estratégias estão em curso para ampliar o número de consultas de pré-natal e puericultura na APS, fundamentais para a detecção precoce de riscos?
11. Que medidas têm sido adotadas para garantir que as gestantes e os recém-nascidos tenham acesso ao pré-natal e à puericultura de qualidade, em todas as regiões de saúde, com ênfase naquelas com piores indicadores?
12. Como a SES-DF pretende assegurar que a cobertura vacinal infantil – um dos principais pilares da redução da mortalidade infantil – seja mantida e ampliada?
13. Qual a estratégia da SES-DF para reverter a baixa cobertura vacinal contra o sarampo (tríplice viral), doença de preocupação nacional?
14. Quantas campanhas publicitárias de estímulo à vacinação a SES-DF tem feito por ano? Quais métodos de campanha publicitária se mostraram mais eficazes?
15. Os servidores da APS estão sensibilizados para agir continuamente na captação de usuários que necessitam de vacinação? Como isso tem sido feito pela SES-DF?
16. Qual o déficit atual de salas de vacina no SUS-DF?
17. Qual o déficit de pessoal para o funcionamento das salas de vacina?
18. Qual o plano de ação para garantir que as gestantes estejam com o calendário vacinal em dia, incluindo as vacinas contra a gripe e a dTpa, para proteger o feto/bebê?
19. Existe um plano para aprimorar as ações de busca ativa de crianças e adolescentes com carteiras de vacinação incompletas?
20. Considerando a superlotação de todas as portas de urgência da SES-DF/IGESDF e que parte dessa demanda deveria ser atendida na Atenção Básica, questione-se: a Atenção Básica está preparada para atender às demandas de urgência? Se sim, por que há esse desvio do fluxo? Se não, quais medidas estão sendo executadas para que se mantenha o fluxo previsto nas normativas?
21. Que fatores levam à evasão de médicos, sobretudo anestesiológicos, pediatras e neonatologistas? Há plano de retenção desses profissionais?



22. O SAMU-DF conta com número adequado de viaturas e profissionais? Se não, qual o déficit atual de médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e condutores?
23. Por que a SES-DF ainda não criou o número do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) específico para o Hospital do Sol, conforme recomendado em auditoria, para melhorar o monitoramento das metas?
24. Que medidas estão sendo adotadas para ampliar a transparência ativa no *site* do IGESDF, disponibilizando informações sobre servidores cedidos, balanços contábeis e remuneração?
25. Qual a estratégia para fortalecer o manejo compartilhado de casos entre os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e a Atenção Primária à Saúde (APS), como sugerido no relatório?
26. Como a SES-DF planeja expandir e qualificar a rede de atenção psicossocial para atender à crescente demanda por saúde mental no DF?
27. Qual a decisão quanto ao fechamento ou à readequação do Hospital São Vicente de Paulo? Qual o cronograma?
28. Como a SES-DF tem assegurado que o acesso a medicamentos psicotrópicos seja facilitado e que não haja desabastecimento nas farmácias do SUS?
29. Como será revertido o cenário crítico nas Regiões de Saúde e Regiões Administrativas que concentram os piores indicadores e elevadas taxas de gestação em adolescentes?"
30. Há ações de prevenção da gravidez na adolescência sendo realizadas nas escolas e nas Unidades Básicas de Saúde (UBS)? Quais?
31. Que tipo de apoio psicossocial e de saúde reprodutiva é oferecido para as adolescentes grávidas e suas famílias?

4.2 Outros questionamentos

1. Quais os principais desafios enfrentados pela SES-DF na gestão de pessoas, além da insuficiência de profissionais?
2. Que medidas têm sido adotadas para a redução da taxa de absenteísmo?
3. Que estratégias estão sendo implementadas para garantir a adesão das gestantes e puérperas ao pré-natal e à puericultura, visando combater o abandono do acompanhamento?
4. Quais resultados já foram obtidos com a implementação da Rede de Atenção Materna e Infantil (RAMI) e como a SES-DF planeja aprimorá-la para as regiões com maior vulnerabilidade?



5. Quais ações de capacitação de profissionais da APS têm sido promovidas para que atuem de forma mais eficaz na prevenção e identificação de riscos na gestação e na primeira infância?
6. Quais são as ações de campanha e comunicação planejadas para combater a desinformação e a hesitação vacinal na população do DF?
7. Que ações estão sendo executadas em parceria com escolas e creches para reforçar a importância da vacinação e facilitar o acesso das famílias aos postos de vacinação?
8. Quais as ações de vigilância epidemiológica para identificar e intervir em áreas com alta incidência de doenças crônicas, como diabetes e hipertensão?
9. Que medidas foram ou estão sendo adotadas para resolver a questão das informações inconsistentes sobre idade gestacional e peso ao nascer, que prejudicam a análise de risco?
10. Como a SES-DF pretende fortalecer a APS para reduzir a mortalidade materna e infantil, já que a cobertura total de equipes de Saúde da Família (eSF) e de Atenção Primária (eAP) ainda não atingiu 100% no DF?
11. Que ações específicas estão sendo implementadas para melhorar o acesso e a qualidade da assistência à saúde para a população de vulnerabilidade social e racial?
12. Como o resultado de 34,37% na execução do programa de qualidade de vida no trabalho será aprimorado para alcançar a meta de 100% até 2027?
13. A meta de 90% de investigações até 2027 é realista? Como a SES-DF pretende garantir que os dados de 2025 e 2026 gerem um avanço significativo?
14. Que ações têm sido planejadas para que a SES-DF atinja a meta de 80% no Índice de Desempenho da Gestão de Custos (IDGC) até 2027?
15. A falta de desdobramento do teto orçamentário por área programadora, mencionada no relatório, foi resolvida? Qual a solução institucional adotada?

5 CONCLUSÕES

Diante do exposto neste Estudo Técnico, conclui-se que:

- A **rede física pública do DF alcançou 409 estabelecimentos** no 1º quadrimestre de 2025, acréscimo líquido de sete unidades;
- A contratação de **prestadores privados** para complementar os serviços ofertados teve ampliação no período, e totalizou 61.610 procedimentos realizados a um custo total de R\$ 130.659.160,84;
- Na Atenção Primária à Saúde, houve crescimento de 9% na quantidade de atendimentos individuais e de 11,7% nos procedimentos;



- A produção ambulatorial da urgência e emergência foi de 3.415.912 procedimentos, com custo de R\$ 15.857,083,96;
- A produção hospitalar da urgência e emergência foi de 69.753 procedimentos, com custo de R\$ 109.601.514,12;
- A Região de Saúde Sul apresentou o maior número de internações hospitalares de urgência (15.418), 30% do total para este grupo;
- Houve **acréscimo de 1,59%** no número de servidores efetivos e um **decréscimo de 59,55%** no número de contratados temporariamente;
- A **taxa de absenteísmo** informada, referente ao mês de fevereiro de 2025, foi de **9,38%**, ou seja, dentro do estimado (a meta fixada era de 9,81%);
- As seguintes metas fixadas no PDS e operacionalizadas pela PAS tiveram resultado zerado no quadrimestre: **Percentual de Unidades Básicas de Saúde com cobertura de serviços de telediagnóstico implantados; Número de equipes de Consultório na Rua (eCR) Modalidade 3 do Distrito Federal;**
- Quanto ao Desempenho dos indicadores por Categoria, o resultado geral obtido na PAS 1º quadrimestre foi o seguinte: 38% Ótimo, 30% Bom, 23% Insuficiente e 9% Médio;
- Na Atenção Primária à Saúde, obteve-se um Desempenho Insuficiente em 43% das metas;
- Em termos de Desempenho, com 74% Ótimo ou Bom, a diretriz Redes de Atenção à Saúde foi a segunda melhor avaliada no período;
- Vigilância à Saúde teve o pior desempenho entre todas as diretrizes, com 50% do resultado Médio/Insuficiente e apenas 10% Ótimo;
- A diretriz Gestão do Trabalho e Educação em Saúde obteve o melhor desempenho nos indicadores: 67% Ótimo e 33% Bom;
- A dotação inicial da SES-DF em 2025 totaliza R\$ 13.186.005.821, composta pelo orçamento próprio (Tesouro do GDF, repasses da União e convênios), totalizando R\$ 5.140.808.270, e pelos recursos do Fundo Constitucional do DF, no valor de R\$ 8.135.677.660, dos quais R\$ 6.685.677.660 destinam-se a pessoal e encargos sociais e R\$ 1.450.000.000 a benefícios e outras despesas correntes;
- A Constituição Federal de 1988 (art. 198, §2º) e a Lei Complementar n. 141/2012 (arts. 6º e 7º) fixam mínimos de aplicação em ASPS; o DF, por arrecadar tributos de naturezas estadual e municipal, deve aplicar ao menos 12% e 15% dessas receitas, respectivamente. No 1º quadrimestre, a apuração desse percentual foi de 13,07%. Por sua vez, foram destinados R\$ 929.746.611,79 (10,22% da receita realizada), ou seja, houve déficit de



R\$ 259.876.437,30 (2,86 pontos percentuais abaixo do mínimo proporcional), embora a exigência legal seja verificada apenas no encerramento do exercício;

- No 1º quadrimestre, foram empenhados R\$ 4.883.617.143,18 (44,46% da Despesa Autorizada) e foram liquidados R\$ 3.496.096.410,48;
- Em 2025, a SES-DF passou a utilizar recursos do FCDF também para o Grupo 3 (Outras Despesas Correntes), executando R\$ 388.717.354,79, dos quais R\$ 325.348.244,48 (84%) corresponderam ao Elemento 85 – Transferências por meio de Contrato de Gestão (ICIPE e IGESDF), evidenciando forte concentração desses recursos nos contratos de gestão;
- A distribuição do custo total apurado no 1º quadrimestre de 2025 mostra forte predominância da atenção hospitalar, que concentra 69,0% dos recursos, seguida pela Atenção Primária à Saúde (APS), com 17,6%, enquanto a atenção secundária responde por 6,1%, as Unidades de Pronto Atendimento (UPA) por 5,3% e o SAMU por 2,0%;
- Quanto aos custos por categoria de despesa, observa-se elevada concentração em Pessoal (76%), com Serviços de Terceiros representando 14%, Materiais 9% e Despesas Gerais apenas 1%.

6 RECOMENDAÇÕES TÉCNICAS

Tendo em consideração o exposto neste Estudo Técnico, recomenda-se:

- Discutir, em Audiência Pública, os resultados alcançados pela SES-DF no quadrimestre em análise;
- Proceder aos questionamentos prioritários sugeridos durante a Audiência Pública;
- Encaminhar requerimento de informações à SES-DF apresentando todos os questionamentos constantes deste Estudo, a fim de gerar obrigatoriedade de resposta, nos termos do inciso XXXIII, art. 60, da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), e do disposto no inciso VII do art. 57 do Regimento Interno da CLDF;
- Após o recebimento das respostas, recomenda-se encaminhá-las a esta Consultoria para a devida análise técnica.



REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2025]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: ago. 2025.

BRASIL. **Decreto n. 7.508, de 28 de junho de 2011**. Regulamenta a Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde – SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Brasília, 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7508.htm. Acesso em: ago. 2025.

BRASIL. **Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000**. Lei de Responsabilidade Fiscal. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: ago. 2025.

BRASIL. **Lei Complementar n. 141, de 13 de janeiro de 2012**. Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp141.htm. Acesso em: ago. 2025.

BRASIL. **Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Lei Orgânica da Saúde. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: ago. 2025.

BRASIL. **Lei n. 10.633, de 27 de dezembro de 2002**. Dispõe sobre a transferência de recursos da União para o Distrito Federal, Estados e Municípios, e dá outras providências. Brasília, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10633.htm. Acesso em: ago. 2025.

BRASIL. **Lei n. 15.121, de 10 de abril de 2025**. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2025. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10



abr. 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/lei/L15121.htm. Acesso em: ago. 2025.

BRASIL. Portaria de Consolidação GM/MS n. 6, de 28 de setembro de 2017. Consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde. Disponível em: https://www.gov.br/aids/pt-br/central-de-conteudo/copy_of_portarias/2017/portaria_consolidacao_n_6_28_09_2017.pdf/view. Acesso em: ago. 2025.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL. Resolução CLDF n. 338, de 29 de novembro de 2023. Dispõe sobre a Consultoria Legislativa – Conlegis e a Consultoria Técnico-Legislativa de Fiscalização, Controle, Acompanhamento de Políticas e Contas Públicas e Execução Orçamentária – Conofis da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências. Brasília, 2023. Disponível em: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/400be376589e4b719447ef192813a5bb/Resolu_o_338_29_11_2023.html. Acesso em: ago. 2025.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL. Segunda Vice-Presidência. Consultoria Técnico-Legislativa de Fiscalização, Controle, Acompanhamento de Políticas e Contas Públicas e Execução Orçamentária. Unidade de Acompanhamento de Políticas Públicas. Estudo Técnico n. 004/2024-UCP. Brasília, 2024a. Disponível em: https://www.cl.df.gov.br/documents/29334985/29553172/_ESTUDO_TECNICO_N._042024_UBS_ESF.pdf/0521d3f5-55fc-810f-4bb0-802f10082d2f?t=1726260442224. Acesso em: abr. 2025

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL. Segunda Vice-Presidência. Consultoria Técnico-Legislativa de Fiscalização, Controle, Acompanhamento de Políticas e Contas Públicas e Execução Orçamentária. Unidade de Acompanhamento de Políticas Públicas. Estudo Técnico n. 005/2024-UCP. Brasília, 2024b. Disponível em: <https://www.cl.df.gov.br/documents/29334985/29553172/ESTUDO+TÉCNICO+N.+052024+UNIDADES+DE+SAÚDE.pdf/c6e28701-0086-7590-7369-fbf48787f7aa?t=1726260987020>. Acesso em: abr. 2025

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL. Resolução n. 353, de 2024. Institui o Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências. Brasília, 2024c. Disponível em: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/aae0642dab02447889207298ed06fa29/Res_C_LDF_353_2024.html#art6_incXIV. Acesso em: ago. 2025.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL. Segunda Vice-Presidência. Consultoria Técnico-Legislativa de Fiscalização, Controle, Acompanhamento de Políticas e Contas Públicas e Execução Orçamentária. Unidade de Acompanhamento de Políticas Públicas. Estudo Técnico n. 01/2025. Brasília, 2025. Disponível em: <https://www.cl.df.gov.br/documents/29334985/32455345/Estudo+T%C3%A9cnico+>



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

SEGUNDA VICE-PRESIDÊNCIA

Consultoria Técnico-Legislativa de Fiscalização, Controle, Acompanhamento de Políticas e Contas Públicas e Execução Orçamentária



n.+01-2025+-+3%C2%BA+RDQA+SES+DF.pdf/de12726b-3ee8-2005-1a7b-a7912ca846c7?t=1755275568988. Acesso em: ago. 2025.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto n. 37.515, de 26 de junho de 2016.** Institui o Programa de Gestão Regional da Saúde – PRS para as Regiões de Saúde e Unidades de Referência Distrital. Brasília, 2016.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto n. 38.982, de 10 de abril de 2018.** Altera a estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal e dá outras providências. Brasília, 2018.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto n. 39.546, de 19 de dezembro de 2018.** Aprova o Regimento Interno da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal. Brasília, 2018. Disponível em:

https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/c7d8594440ea48969cee564fafa77865/Decreto_39546_19_12_2018.html#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2039.546%2C%20DE%2019%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202018&text=1%C2%BA%20Fica%20aprovado%20o%20Regimento,na%20data%20de%20sua%20publica%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: ago. 2025.

DISTRITO FEDERAL. **Lei n. 7.378, de 29 de dezembro de 2023.** Dispõe sobre o Plano Plurianual do Distrito Federal para o quadriênio 2024-2027. Brasília, 2023.

Disponível em:

https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/8ff3983eabcf4c58b4f8076f00f18da0/Lei_7378_2023.html. Acesso em: ago. 2025.

DISTRITO FEDERAL. Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF).

Projeções Populacionais para as Regiões Administrativas Distrito Federal 2020-2030. Brasília: 2022. Disponível em:

<https://www.codeplan.df.gov.br/estudos-populacionais/> – Resultados, 2022. Acesso em: ago. 2025.



ANEXO 1 – Resultados das metas fixadas no PDS/SES-DF, 1º Quadrimestre de 2025

Tabela 8 – Resultados das metas fixadas no PDS/SES-DF, 1º Quadrimestre de 2025

Indicador	Meta do ano de 2025/ polaridade	Resultado 1º quad./2025	Percentual alcançado	Tendência com o mesmo quad. do ano anterior	Tendência com o 3º quad./2024
DIRETRIZ Atenção Primária à Saúde					
Cobertura potencial da Atenção Primária à Saúde no SUS do DF	82,37% (maior/melhor)	75,96%	Ótimo	Indicador não encontrado no RDQA do 1º quad./2024	Indicador não encontrado no RDQA do 3º quad./2024
Cobertura potencial das Equipes de Saúde Bucal (eSB) – Modalidade I de 40h em todo o território do DF	28% (maior/melhor)	24,96%	Bom	Bom	Médio
Percentual de Unidades Básicas de Saúde com cobertura de serviços de telediagnóstico implantados	20% (maior/melhor)	0,0%	Insuficiente	Não se aplica, em virtude de resultado zerado	Não se aplica, em virtude de resultado zerado
Número de equipes de Consultório na Rua (eCR) Modalidade 3 do Distrito Federal	3 (maior/melhor)	0,0%	Insuficiente	Consta como indicador semestral no RDQA do 1º quad./2024	Não se aplica, em virtude de resultado zerado
Percentual de Equipes da APS (eSF, eSB, Equipe Multiprofissional – eMulti, eCR, Equipe de Atenção Primária – eAP) que realizaram o processo avaliativo do Programa QualisAPS	97% (Maior/melhor)	Indicador anual	Não se aplica por se tratar de indicador anual	Não se aplica por se tratar de indicador anual	Não se aplica por se tratar de indicador anual
Número de Unidades Básicas de Saúde (UBS) que realizam mais de 200 coletas/mês de material para exame laboratorial	62 (Maior/melhor)	15	Insuficiente	Ótimo	Ótimo



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA VICE-PRESIDÊNCIA
Consultoria Técnico-Legislativa de Fiscalização, Controle, Acompanhamento
de Políticas e Contas Públicas e Execução Orçamentária



Cobertura das equipes Multiprofissionais na Atenção Primária (eMulti)	74,25% (Maior/melhor)	73,62%	Ótimo	Bom	Bom
Cobertura de acompanhamento das condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família (PBF)	73% (Maior/melhor)	Indicador anual	Não se aplica por se tratar de indicador anual	Não se aplica por se tratar de indicador anual	Não se aplica por se tratar de indicador anual
Proporção de serviços de saúde da Rede SES-DF que ofertam as Práticas Integrativas em Saúde (PIS)	65% (Maior/melhor)	60,92%	Ótimo	Insuficiente	Insuficiente
DIRETRIZ Redes de Atenção à Saúde					
Tempo-resposta de chamada ao SAMU 192 DF	27 (Menor/melhor)	34	Bom	Bom	Bom
Proporção de óbitos nas internações por Infarto Agudo do Miocárdio (IAM)	4,50% (Menor/melhor)	3,76%	Ótimo	Ótimo	Médio
Proporção de óbitos nas internações por Acidente Vascular Encefálico (AVE)	14,53% (Menor/melhor)	11,60%	Ótimo	Ótimo	Bom
Cobertura de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS)	0,65 (Maior/melhor)	0,49	Bom	Bom	Bom
Percentual de CAPS que realizam ações de matriciamento com equipes da APS	63% (Maior/melhor)	69,64%	Ótimo	Ótimo	Ótimo
Proporção de investigações de óbitos infantis e fetais concluídas no Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) em relação ao total dos óbitos recebidos na base federal em até 120 dias após a data do óbito	80% (Maior/melhor)	70,14%	Bom	Bom	Ótimo
Proporção de investigações de óbitos de Mulheres em Idade Fértil (MIF)	80% (Maior/melhor)	64,17%	Bom	Insuficiente	Insuficiente
Taxa de mortalidade infantil	9,9 (Menor/melhor)	Indicador Anual	Indicador Anual	Não se aplica por se tratar de indicador anual	Não se aplica por se tratar de indicador anual



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

SEGUNDA VICE-PRESIDÊNCIA

Consultoria Técnico-Legislativa de Fiscalização, Controle, Acompanhamento de Políticas e Contas Públicas e Execução Orçamentária



Razão de mortalidade materna do Distrito Federal	30 (Menor/melhor)	29,44	Ótimo	Ótimo	Ótimo
Número de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade	232 (Menor/melhor)	96	Ótimo	Insuficiente	Ótimo
Volume (litros) de leite humano doado aos Bancos de Leite Humano do DF	20.000 (Maior/melhor)	6.343	Insuficiente	Insuficiente	Insuficiente
Percentual de gravidez na adolescência entre as faixas etárias de 10 a 19 anos	6,87% (Menor/ melhor)	8,47%	Bom	Insuficiente	Insuficiente
Percentual de parto normal no SUS e na saúde suplementar	46% (Maior/melhor)	45,58%	Ótimo	Bom	Bom
Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária	0,18 (Maior/melhor)	0,04	Insuficiente	Ótimo	Insuficiente
Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos na população residente de determinado local e na população da mesma faixa etária	0,22 (Maior/melhor)	0,06	Insuficiente	Ótimo	Insuficiente
Taxa de internações por Diabetes <i>Mellitus</i> e suas complicações	4,74 (Menor/melhor)	1,81	Ótimo	Insuficiente	Ótimo
Taxa de Internações por Hipertensão Arterial e suas complicações	1,70 (Menor/melhor)	0,33	Ótimo	Ótimo	Ótimo
Taxa de notificação de violência do DF	486 (Maior/melhor)	140,87	Insuficiente	Ótimo	Ótimo
Percentual de modalidades (subespecialidades) referentes a especialidades sob o escopo da Saúde Funcional reguladas no âmbito da Atenção Ambulatorial Secundária – Policlinicas, das	80% (Maior/melhor)	92,16%	Ótimo	Ótimo	Bom



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA VICE-PRESIDÊNCIA
Consultoria Técnico-Legislativa de Fiscalização, Controle, Acompanhamento
de Políticas e Contas Públicas e Execução Orçamentária



Superintendências das Regiões de Saúde do DF.					
Percentual de vagas reguladas para reabilitação em Deficiência Intelectual e Transtorno do Espectro Autista nos Centros Especializados de Reabilitação (CER) II habilitados	25% (Maior/melhor)	6,39%	Insuficiente	Insuficiente	Insuficiente
DIRETRIZ Vigilância à Saúde					
Proporção de vacinas selecionadas que compõem o Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de 1 ano de idade (pentavalente – 3ª dose, poliomielite – 3ª dose, pneumocócica 10-valente – 2ª dose) e para crianças de 1 ano de idade (tríplice viral – 1ª dose) com coberturas vacinais preconizadas	100% (Maior/melhor)	50%	Médio	Ótimo	Médio
Taxa de incidência mensal de dengue na população do DF	<300 (Menor/melhor)	Indicador anual	Não se aplica por se tratar de indicador anual	Não se aplica por se tratar de indicador anual	Não se aplica por se tratar de indicador anual
Percentual de monitorização de vetores de arbovirose por armadilhas ovitrampas	50% (Maior/melhor)	28,76%	Médio	Ótimo	Ótimo
Percentual de amostras coletadas por semana nas unidades sentinela de Síndrome Gripal no Distrito Federal	80% (Maior/melhor)	57,96%	Bom	Insuficiente	Insuficiente
Número de casos novos de AIDS em menores de 5 (cinco) anos	0 (Menor/melhor)	Indicador Anual	Não se aplica por se tratar de indicador anual	Não se aplica por se tratar de indicador anual	Não se aplica por se tratar de indicador anual
Proporção de cura dos casos novos de Hanseníase diagnosticados nos anos das coortes	62% (Maior/melhor)	Indicador Anual	Não se aplica por se tratar de indicador anual	Não se aplica por se tratar de indicador anual	Não se aplica por se tratar de indicador anual



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

SEGUNDA VICE-PRESIDÊNCIA

Consultoria Técnico-Legislativa de Fiscalização, Controle, Acompanhamento de Políticas e Contas Públicas e Execução Orçamentária



Coeficiente de detecção anual de hepatite B e C (por 100.000 habitantes)	4 (Menor/melhor)	Indicador Anual	Não se aplica por se tratar de indicador anual	Não se aplica por se tratar de indicador anual	Não se aplica por se tratar de indicador anual
Taxa de mortalidade prematura (30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais doenças crônicas não transmissíveis	144 (Menor/melhor)	Indicador Anual	Não se aplica por se tratar de indicador anual	Não se aplica por se tratar de indicador anual	Não se aplica por se tratar de indicador anual
Percentual de hospitais com leito de UTI classificados como de Alta Conformidade na Avaliação Nacional das Práticas de Segurança do Paciente	50% (Maior/melhor)	Indicador anual	Não se aplica por se tratar de indicador anual	Não se aplica por se tratar de indicador anual	Não se aplica por se tratar de indicador anual
Número de notificações de doenças e agravos relacionados ao trabalho	5.261 (Maior/melhor)	4.729	Bom	Ótimo	Insuficiente
Proporção da população de cães e gatos vacinados no DF	55% (Maior/melhor)	1,94%	Insuficiente	Bom	Insuficiente
Proporção de Cura de Casos Novos de Tuberculose Pulmonar Bacilífera	44% (Maior/melhor)	Indicador anual	Não se aplica por se tratar de indicador anual	Não se aplica por se tratar de indicador anual	Não se aplica por se tratar de indicador anual
Proporção de testes rápidos para HIV, sífilis e hepatites B e C, realizados na população com idade igual ou superior a 15 anos	21% (Maior/melhor)	3,92%	Insuficiente	Bom	Insuficiente
Percentual de ações de vigilância em fatores não biológicos na qualidade da água para consumo humano	80% (Maior/melhor)	91,40%	Ótimo	Ótimo	Bom
Proporção de preenchimento dos campos "Ocupação" e "Atividade Econômica (CNAE)" nas notificações de acidente de trabalho, acidente de trabalho com exposição a material biológico e intoxicação exógena	90% (Maior/melhor)	52,06%	Médio	Insuficiente	Insuficiente
DIRETRIZ Atenção Especializada					
Percentual de usuários do Serviço de Atenção Domiciliar (SAD) procedentes de	57% (Maior/melhor)	46,15%	Bom	Insuficiente	Insuficiente



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA VICE-PRESIDÊNCIA
Consultoria Técnico-Legislativa de Fiscalização, Controle, Acompanhamento
de Políticas e Contas Públicas e Execução Orçamentária



serviços de internação e de urgência/emergência					
Percentual de desenvolvimento e implementação da teleconsulta na Atenção Especializada Ambulatorial	10% (Maior/melhor)	Indicador anual	Não se aplica por se tratar de indicador anual	Não se aplica por se tratar de indicador anual	Não se aplica por se tratar de indicador anual
Percentual de vagas de hemodiálise hospitalar reguladas em panorama 3 na rede SES	50% (Maior/melhor)	61,76%	Ótimo	Médio	Bom
Percentual de cirurgias eletivas autorizadas em relação à fila de espera na rede SES-DF	15% (Maior/melhor)	10,31%	Médio	Insuficiente	Insuficiente
Número de transplantes de córneas realizados no Distrito Federal	384 (Maior/melhor)	109	Insuficiente	Bom	Insuficiente
Taxa de pacientes com hemofilia grave em adesão ao protocolo de realização de exames laboratoriais do Ministério da Saúde	92% (Maior/melhor)	Indicador Anual	Não se aplica por se tratar de indicador anual	Não se aplica por se tratar de indicador anual	Não se aplica por se tratar de indicador anual
Taxa de Fidelização de doadores de sangue na Fundação Hemocentro de Brasília (FHB)	52% (Maior/melhor)	Indicador Anual	Não se aplica por se tratar de indicador anual	Não se aplica por se tratar de indicador anual	Não se aplica por se tratar de indicador anual
DIRETRIZ Assistência Farmacêutica					
Percentual de farmácias com farmacêutico como responsável técnico	60% (Maior/melhor)	43,59%	Bom	Indicador não encontrado no RDQA do 1º quad./2024	Insuficiente
Percentual de unidades que disponibilizam o cuidado farmacêutico dentre as farmácias das UBS tipo 2 e da atenção secundária	30% (Maior/melhor)	8,33%	Insuficiente	Indicador não apurado no RDQA do 1º quad./2024	Indicador não apurado no RDQA do 3º quad./2024



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

SEGUNDA VICE-PRESIDÊNCIA

Consultoria Técnico-Legislativa de Fiscalização, Controle, Acompanhamento de Políticas e Contas Públicas e Execução Orçamentária



Percentual de medicamentos padronizados da APS com cobertura de estoque superior a 30 dias na rede SES	84% (Maior/melhor)	63,65%	Bom	Insuficiente	Insuficiente
Percentual de medicamentos padronizados da Atenção especializada ambulatorial e hospitalar com cobertura de estoque superior a 30 dias na rede SES	81% (Maior/melhor)	88,14%	Ótimo	Médio	Médio
Percentual de medicamentos padronizados do componente especializado, de aquisição SES, com cobertura de estoque superior a 30 dias na rede SES-DF até 2027	53% (Maior/melhor)	57,53%	Ótimo	Ótimo	Ótimo
Percentual de implantação da escrituração e do controle de estoque informatizados de medicamentos sujeitos a controle especial no Núcleo de Farmácia Judicial (NUFAJ/DIASF)	12% (Maior/melhor)	22,22%	Ótimo	Indicador não encontrado no RDQA do 1º quad./2024	Indicador não encontrado no RDQA do 3º quad./2024
Percentual de produtos de Órteses, próteses e materiais especiais (OPME) padronizados da especialidade ortopedia fornecidos por regime de consignação	50% (Maior/melhor)	32,98%	Médio	Insuficiente	Insuficiente
DIRETRIZ Governança					
Percentual de implementação da gestão de risco nos processos de trabalho priorizados	70% (Maior/melhor)	15,38%	Insuficiente	Ótimo	Insuficiente
Número de regiões de saúde capacitadas em transparência e controle social	7 (Maior/melhor)	7	Ótimo	Indicador não encontrado no RDQA do 1º quad./2024	Indicador não encontrado no RDQA do 3º quad./2024



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

SEGUNDA VICE-PRESIDÊNCIA

Consultoria Técnico-Legislativa de Fiscalização, Controle, Acompanhamento de Políticas e Contas Públicas e Execução Orçamentária



Percentual de resultados classificados como "superado" ou "satisfatório" nos Acordos de Gestão Regionais (AGR)	80% (Maior/melhor)	76,02%	Ótimo	Ótimo	Insuficiente
Valor do Teto da Média e Alta Complexidade (MAC)	R\$ 672.177.026,04 (Maior/melhor)	Indicador anual	Não se aplica por se tratar de indicador anual	Não se aplica por se tratar de indicador anual	Não se aplica por se tratar de indicador anual
Tempo médio de pagamento de despesas de serviços comuns	10 (Menor/melhor)	20,5	Insuficiente	Indicador não encontrado no RDQA do 1º quad./2024	Indicador não encontrado no RDQA do 3º quad./2024
Percentual acumulado de itens executados do Plano de Contratação Anual (PCA)	70% (Maior/melhor)	72,17%	Ótimo	Ótimo	Insuficiente
Índice de Desempenho da Gestão de Custos (IDGC) nas Unidades de Saúde da SES-DF	60% (Maior/melhor)	56%	Ótimo	Insuficiente	Insuficiente
Índice de Resolutividade das manifestações de Ouvidoria recebidas	40% (Maior/melhor)	35,36%	Bom	Médio	Bom
Percentual de Ações Estruturantes do Escritórios de Processos implementadas	50% (Maior/melhor)	25%	Médio	Ótimo	Insuficiente
Percentual de desenvolvimento da política de comunicação organizacional	50% (Maior/melhor)	Indicador anual	Não se aplica por se tratar de indicador anual	Não se aplica por se tratar de indicador anual	Não se aplica por se tratar de indicador anual
DIRETRIZ Gestão de Infraestrutura Predial e Tecnologia da Informação e Comunicação					
Percentual de ações executadas do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC)	100% (Maior/melhor)	42,5%	Insuficiente	Ótimo	Insuficiente
Percentual de Equipamentos Priorizados pela Assistência, de Baixa e Média Complexidade, que estão com contrato	55% (Maior/melhor)	68,3%	Ótimo	Bom	Insuficiente



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA VICE-PRESIDÊNCIA
Consultoria Técnico-Legislativa de Fiscalização, Controle, Acompanhamento
de Políticas e Contas Públicas e Execução Orçamentária



vigente de manutenção preventiva e corretiva					
Percentual de Equipamentos Priorizados pela Assistência, de Alta Complexidade, que estão com contrato vigente de manutenção preventiva e corretiva	70% (Maior/melhor)	85,53%	Ótimo	Ótimo	Ótimo
DIRETRIZ Gestão do Trabalho e Educação em Saúde					
Percentual de desenvolvimento do plano de educação permanente 2024-2027	50% (Maior/melhor)	Indicador anual	Não se aplica por se tratar de indicador anual	Não se aplica por se tratar de indicador anual	Não se aplica por se tratar de indicador anual
Percentual de desenvolvimento da política de gestão de pessoas	50% (Maior/melhor)	Indicador anual	Não se aplica por se tratar de indicador anual	Não se aplica por se tratar de indicador anual	Não se aplica por se tratar de indicador anual
Percentual de desenvolvimento do programa de qualidade de vida no trabalho	47% (Maior/melhor)	34,37%	Bom	Ótimo	Ótimo
Taxa de absenteísmo de profissionais da saúde	9,81% (Menor/melhor)	Indicador anual	Não se aplica por se tratar de indicador anual	Não se aplica por se tratar de indicador anual	Não se aplica por se tratar de indicador anual
Percentual de ações educativas executadas pela CESES/ESPDF pactuadas do Plano de Educação Permanente em Saúde (PEPS) da SES-DF	70% (Maior/melhor)	67,78%	Ótimo	Indicador não encontrado no RDQA do 1º quad./2024	Indicador não encontrado no RDQA do 3º quad./2024
Número de vagas ofertadas nos cenários de ensino da SES-DF para a realização de atividades práticas curriculares ao ano	52.303 (Maior/melhor)	47.620	Ótimo	Indicador não encontrado no RDQA do 1º quad./2024	Indicador não encontrado no RDQA do 3º quad./2024



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA VICE-PRESIDÊNCIA
Consultoria Técnico-Legislativa de Fiscalização, Controle, Acompanhamento
de Políticas e Contas Públicas e Execução Orçamentária



Número de vagas de residência médica e residências em áreas profissionais de saúde ofertadas pela ESPDF/FEPECS	1.837 (Maior/melhor)	Indicador anual	Não se aplica por se tratar de indicador anual	Indicador não encontrado no RDQA do 1º quad./2024	Indicador não encontrado no RDQA do 3º quad./2024
Número de vagas de pós-graduação <i>lato sensu</i> ofertadas pela ESPDF/FEPECS	204 (Maior/melhor)	Indicador anual	Não se aplica por se tratar de indicador anual	Indicador não encontrado no RDQA do 1º quad./2024	Indicador não encontrado no RDQA do 3º quad./2024
Número de turmas simultâneas nos Cursos Técnicos ofertados pela ESPDF	3 (Maior/melhor)	Indicador anual	Não se aplica por se tratar de indicador anual	Não se aplica por se tratar de indicador anual	Não se aplica por se tratar de indicador anual

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do estudo, 2025.